

PATHOS

Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia
Volume 12, número 02, junho de 2026. ISSN 2447-6137



Fronteiras, Lugares
e o Processo de Tornar-Se

PATHOS

Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia
Volume 12, número 02, junho de 2026. ISSN 2447-6137

Fronteiras, Lugares
e o Processo de Tornar-Se

EXPEDIENTE

CONSELHO EDITORIAL

Andréia Alves Teixeira

Editora Chefe

Psicóloga Clínica e Escolar. Pedagoga. Psicanalista. Mestranda em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pelo IPUSP. Especialista em Psicopatologia e Saúde Pública pela FSP/USP. Aperfeiçoamento em Queixa Escolar pelo IP/USP. Na educação pública por 32 anos, onde atuou com queixa escolar, educação antirracista, prevenção e promoção de saúde mental nas escolas e na docência. E-mail: andreiaalves@usp.br

 [@psicologa.andreiaalves](https://www.instagram.com/psicologa.andreiaalves)



Cristiano Rodineli

Editor de Seção

Psicólogo. Mestre e doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência pela Universidade Federal de São Paulo (PPGESIA-UNIFESP). Pesquisador do Grupo Interdisciplinar em Estudos de Linguagem (GIEL/CNPq). Especialista em Psicopatologia e Saúde Pública (FSP-USP), e em Políticas Públicas e Socioeducação (UnB). Professor universitário. Contatos: cristiano.rodineli@unifesp.br

 [@cristianorodineli](https://www.instagram.com/cristianorodineli)

Ricardo Rentes

Editor de Seção

Psicólogo, Psicanalista, Mestre em Ciências Humanas, Sociais e Criminologia pela UFP do Porto - Portugal. Pós-graduado em Saúde Mental e Justiça pelo Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Prof. André Teixeira Lima (FUNDAP). Pós-graduado em Psicopatologia e Saúde Pública pela USP. Professor dos Cursos de Especialização em Psicanálise Winnicottiana e em Saúde Mental e Saúde Coletiva, ambos pela Universidade Cruzeiro do Sul. Professor do Curso de Especialização em Psicologia Jurídica pela Universidade São Camilo.

Supervisor nas áreas de Saúde Mental e Assistência Social. Autor do livro: "Os Meninos de Heliópolis - O ser e fazer de adolescentes em conflito com a lei e a sintomática criminal". Ed. Appris, (2022). Contatos:

rickrentes@hotmail.com /  [@rickerentes](https://www.instagram.com/rickerentes)



CONSELHO CIENTÍFICO

Dra. Renata Udler Cromberg (Sedes Sapientiae)
Dra. Ana Carolina Perrella (PUC-SP)
Dra. Ana Isabel Martins Sani (UFP-Portugal)
Me. Augusto Ribeiro Coaracy Neto (PUC-SP)
Me Cibele Lopes Barbará (PUC-SP)
Dra. Glória Sviatlana Jóluskin (UFP-Portugal)
Me. Karen Cristina Martins Alves (FPM-MG)
Dra. Leila Salomão de La Plata (USP)
Dra. Margarida Calligaris Mamede (UCS-SP)
Dra. Marineide de Oliveira Gomes (UNIFESP)
Dra. Sónia Maria Martins Caridade (UFP-Portugal)
Me. Vinícius Siqueira de Lima (UNIFESP)
Me. Ana Carlota Niero (UNIFESP)

CAPA

Imagem gerada com auxílio de inteligência artificial generativa Gemini Pro, com o seguinte *prompt*: “Uma composição artística abstrata de estilo editorial para capa de revista. Fragmentos de tecidos de linho, papéis de fibra naturais e texturas variadas, que transmita a ideia de reparação, cuidado terapêutico e integração da subjetividade humana”. 2026.

TECNOLOGIA

Felipe Augusto Fialho

<https://felipeaugustofialho.github.io/Portfolio/>

SITE

www.revistapathos.com.br

REDES SOCIAIS

Instagram



INDEXADORES



REVISTA ASSOCIADA



AVALIAÇÃO



SUMÁRIO

Expediente.....02

Fronteiras, Lugares e o Processo de Tornar-se.....05

Andréia Alves Teixeira, Cristiano Rodineli de Almeida, Ricardo Rentes

ARTIGOS

**Formação e trabalho no coletivo Psicanálise
na Praça Roosevelt.....08**

Adriana Simões Marino; Augusto Coaracy; Miriam Debieux Rosa

**Efeitos psíquicos das migrações:
A condição do migrante como “sujeito partido”22**

Liliana Emparan

**Os impactos do divórcio e da alienação
parental no desenvolvimento emocional infantil:
Contribuições da Psicologia.....40**

Rayssa Gonçalves Silva, Marcella Antunes Souza Luiz de Oliveira

**Transtornados da Terra:
Saúde mental, racismo e subjetividade
na juventude negra.....62**

Andréia Alves Teixeira

RELATOS

**Entre o ideal e o si mesmo:
Reflexões a partir de uma caso clínico.....74**

Mariana Santos

**Limites da escuta do analista de mulheres imigrantes em
situações de vulnerabilidade.....82**

Julia Maria Suleiman do Nascimento

Sobre Nós.....90

Fronteiras, Lugares e o Processo de Tornar-Se

<https://dx.doi.org/10.59068/24476137editorialv12n22026>

A capa deste número da Revista Pathos busca oferecer uma imagem potente para pensar os textos aqui reunidos: fragmentos de tecidos distintos, costurados por linhas múltiplas, irregulares e coloridas, compondo uma trama que não apaga as marcas das rupturas, mas as transforma em possibilidade de ligação, passagem e criação. Há, nessa composição, algo que remete à noção de rizoma, desenvolvida por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995), especialmente ao modo como pensam os processos de subjetivação: não como estruturas lineares, fixas ou hierarquizadas, mas como redes vivas, abertas, múltiplas e em constante movimento. Como explorado também nos trabalhos de Sílvio Gallo (2003), o rizoma supõe conexões imprevisíveis, atravessamentos e linhas que se encontram mesmo quando partem de territórios distintos.

Seguindo o mesmo caminho expressivo proposto pela imagem da capa, seu título remete a capacidade do *Vir – a – Ser*, termo desenvolvido por Donald Winnicott (1990), visto que o Tornar-Se em nosso mundo versa sobre a capacidade de existir como potência criativa, a partir da relação humana singular em consonância com o ambiente enquanto expressão facilitadora do Ser. Segundo o autor, o ser humano não possui um *eu* constituído desde o início. Para que possa vir a ser como pessoa, ele depende de um ambiente que se adapte às suas necessidades de forma tão precisa que nem se percebe essa adaptação. Quando o cuidado falha ou é invasivo, o humano deixa de existir a partir de si mesmo e passa apenas a reagir ao que vem de fora, interrompendo seu processo de desenvolvimento pessoal. É só quando há sustentação suficientemente boa por parte do ambiente que o indivíduo pode *Vir – a – Ser* sem precisar se defender do mundo de forma reativa.

Os fios que atravessam a imagem da capa evocam justamente esses percursos: trajetórias marcadas por deslocamentos, rupturas, fronteiras e tentativas de recomposição. Não há um centro único organizando a experiência; há múltiplos pontos de entrada, diferentes formas de habitar o sofrimento, o cuidado, a memória e os processos de tornar-se. Nesse sentido, os textos que compõem este volume dialogam entre si não por homogeneidade temática, mas pelas tensões que compartilham em torno da subjetividade, dos vínculos e das formas contemporâneas de existência.

Abrindo os trabalhos, temos a satisfação de apresentar o texto de Adriana Simões Marino, Augusto Coaracy e Miriam Debieux Rosa, intitulado *Formação e trabalho no coletivo de Psicanálise na Praça Roosevelt*, uma potente iniciativa de clínica pública encravada no coração de São Paulo. Para além da essencial oferta de escuta em espaço público, os autores nos convidam a pensar a formação psicanalítica como uma invenção territorializada, sustentada pelo manejo vivo de intervisões, supervisões e pelos desafios inerentes aos laços coletivos — com todas as suas forças transformativas, contradições e entropias.

O artigo *Efeitos psíquicos das migrações: a condição do migrante como “sujeito partido”*, de Lilian Emparan, discute os impactos subjetivos dos processos migratórios, abordando experiências de desenraizamento, luto, pertencimento e reconstrução identitária. A partir da psicanálise, especialmente das contribuições de René Kaës, o texto analisa como a migração produz rupturas e reorganizações psíquicas, levando o sujeito a transitar entre diferentes territórios culturais, afetivos e simbólicos.

O artigo *Os impactos do divórcio e da alienação parental no desenvolvimento emocional infantil: contribuições da psicologia*, de Rayssa Gonçalves Silva, Marcella Antunes Souza Luiz de Oliveira discute os efeitos emocionais produzidos pelos conflitos familiares decorrentes da separação parental, abordando sentimentos de insegurança, culpa e fragilização dos vínculos afetivos. O texto destaca, ainda, o papel da psicologia na mediação desses conflitos e na promoção do bem-estar infantil.

Andréia Alves Teixeira, em *Transtornados da Terra: saúde mental, racismo e subjetividade na juventude negra*, debate as relações entre racismo estrutural, violência social e produção de subjetividades, discutindo como determinadas formas de sofrimento psíquico não podem ser compreendidas fora das condições históricas e políticas que atravessam a juventude negra no Brasil. O texto convoca uma leitura crítica da saúde mental, articulando desigualdade, necropolítica e resistência.

No relato de prática *Entre o ideal e o si mesmo: reflexões a partir de um caso clínico*, Mariana Santos apresenta, a partir da clínica winnicottiana, os desafios do Vir -a – ser em nossa contemporaneidade, seus atravessamentos acerca de nosso ser criativo e dos impactos de tais aspectos no processo de desenvolvimento emocional.

Fechando essa edição, Júlia Mari Suleiman do nascimento, compartilha o relato de prática *Limites da escuta do analista na escuta de mulheres imigrantes em situações de vulnerabilidade*, no qual reflete sobre a escuta psicanalítica de mulheres imigrantes em situação de vulnerabilidade. A partir da experiência clínica da autora, o texto aborda os atravessamentos subjetivos da migração, discutindo desamparo, maternidade, isolamento e os limites da escuta diante de sofrimentos marcados por questões de gênero e migração.

Entre costuras, fragmentos e atravessamentos, esta edição da Revista Pathos convida o leitor a percorrer diferentes territórios da experiência humana, reconhecendo que os processos de subjetivação se fazem justamente nas fronteiras: entre perdas e reinvenções, entre marcas e possibilidades, entre aquilo que nos fragmenta e aquilo que, ainda assim, insiste em nos conectar.

Referências

- Deleuze, G., & Guattari, F. (1995). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* (Vol. 1, A. Guerra Neto & C. P. Costa, Trads.). Editora 34. (Obra original publicada em 1980)
- Gallo, S. (2003). *Deleuze & a Educação*. Autêntica.
- Winnicott, D. W. (1990). *Natureza humana*. Imago.

FORMAÇÃO E TRABALHO NO COLETIVO PSICANÁLISE NA PRAÇA ROOSEVELT

<https://dx.doi.org/10.59068/24476137coletivopracaroosevelt>



Adriana Simões Marino

adrianamarino@usp.br

<http://lattes.cnpq.br/1443501940849745>

Psicóloga e Psicanalista. Graduada em Psicologia pela Universidade São Marcos e em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Especialista em Psicopatologia e Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP. Mestre, doutora e pós-doutoranda pelo Instituto de Psicologia da USP. Membro do laboratório Psicanálise, Sociedade e Política (PSOPOL-IPUSP) e do coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt.

Augusto Coaracy

augustocoaracy@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/4728708809449439>

Doutor no Departamento de Psicologia Clínica da USP, mestre em psicologia social na PUC/SP, coordenador e docente no Instituto Gerar de Psicanálise. É atuante em coletivos clínicos e de formação em psicanálise (Psicanálise na Praça Roosevelt, Mutabis).

Miriam Debieux Rosa

debieux@terra.com.br

<http://lattes.cnpq.br/3826964831651958>

Professora Titular do Departamento e do Programa de Pós-Graduação de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da USP. Coordena o Laboratório Psicanálise, Sociedade e Política e o Grupo Veredas: Psicanálise e Imigração.

Formação e trabalho no coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt

Psychoanalytic Training and work in the collective Psicanálise na Praça Roosevelt

Formación y trabajo en colectivo Psicanálise na Praça Roosevelt

Resumo

Abordamos a dimensão formativa no trabalho do coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt, uma iniciativa de clínica pública localizada no centro de São Paulo. O que apontamos como formação psicanalítica não se reduz à oferta de atendimentos públicos, pois inclui a invenção coletiva de uma clínica no território da praça e um trabalho sustentado em intervisões, supervisões e a permanente questão a respeito de nossos laços de trabalho. Tais laços dão a tônica do enlaçamento coletivo, com suas forças transformativas, contradições e entropias. Nesse contexto, a noção lacaniana de transferência de trabalho pode se mostrar insuficiente, uma vez que as práticas formativas do coletivo não são necessariamente remetidas a um “centro”, sobretudo a uma instituição de psicanálise. Ao pensar que o coletivo na Praça Roosevelt é apenas um entre vários que emergiram do Brasil, estaríamos vislumbrando um deslocamento da centralidade das instituições nos processos formativos de psicanalistas? Realçando formações mais ligadas aos territórios, a outras epistemologias e práticas coletivas instituintes?

Palavras-chave: clínica pública; coletivo; formação; psicanálise

Abstract

We address the psychoanalytic training dimension in the work of the collective Psicanálise na Praça Roosevelt, an initiative of a public clinic located in downtown São Paulo. What we point to as psychoanalytic training is not limited to the provision of public care, but also the collective invention of a clinic in the square's territory, the engagement in collective work sustained through interventions, supervisions and, finally, the ongoing questioning of our own working links. These ties set the tone for the collective intertwining, with its transformative forces, contradictions, and entropies. In this context, Lacan's notion of work transference proves insufficient, since the collective's formative practices are not necessarily referred to a "center", much less an institution of psychoanalysis. By thinking that the collective at Praça Roosevelt is only one among several that have emerged in Brazil, would we be envisioning a shift away from the centrality of institutions in the training processes of psychoanalysts? Highlighting formations more connected to territories, to other epistemologies and constitutive collective practices?

Key-words: collective; psychoanalysis; public clinic; training

Resumen

Abordamos la dimensión formativa en el trabajo del colectivo Psicanálise na Praça Roosevelt, iniciativa de una clínica pública ubicada en el centro de São Paulo. Lo que señalamos como formación psicoanalítica no se reduce a la oferta de atenciones públicas, ya que incluye la invención colectiva de una clínica en el territorio de la plaza, la implicación de un trabajo colectivo sostenido en intervenciones, supervisiones y la permanente cuestión respecto de nuestros lazos laborales. Tales lazos dan el tono del entrelazamiento colectivo, con sus fuerzas transformadoras, contradicciones y entropías. En ese ámbito, la noción lacaniana de transferencia de trabajo se muestra insuficiente, dado que las prácticas formativas del colectivo no necesariamente remiten a un "centro", sobre todo a una institución de psicoanálisis. Al pensar que el colectivo en la Praça Roosevelt es solo uno entre varios que surgieron en Brasil, estaríamos vislumbrando un desplazamiento de la centralidad de las instituciones en los procesos formativos de psicoanalistas? Destacando formaciones más vinculadas a los territorios, a otras epistemologías y prácticas colectivas constituyentes?

Palabras-clave: clínica pública; colectivo; formación; psicoanálisis

Transferência com o trabalho

Com a expressão sugerida neste subtítulo, a de uma “transferência com o trabalho”, indicamos um duplo movimento que aponta para: 1-) certa influência da psicanálise lacaniana no escopo de nossas reflexões sobre a formação no trabalho coletivo em uma clínica pública de psicanálise (o coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt) e 2-) uma apropriação que pode trazer diferenças quanto à noção lacaniana de “transferência de trabalho”, a partir da proposta de outra lógica, não estritamente direcionada às escolas lacanianas ou a outras instituições de psicanálise. Assim, propomos pensar uma transferência com o trabalho ligada a uma experiência formativa circunscrita tanto pela prática clínica, quanto pela invenção e sustentação de um coletivo situado em um território no centro da cidade de São Paulo – a Praça Roosevelt.

Daremos uns passos atrás para recordar o que seria a transferência de trabalho, conforme o seu contexto de formulação. A relação dessa noção com a Escola de Lacan não é mera ilação e sua única menção se encontra no “Ato de Fundação” da Escola Freudiana de Paris, de 1964 (Lacan, 2003/1964), posteriormente à sua exclusão como didata da Associação Psicanalítica Internacional (IPA). O não pormenor lastro regional francês de suas iniciativas organizacionais não são nosso foco neste momento, mas sim as poucas passagens em que Lacan se debruçou sobre o trabalho no contexto das organizações de formação psicanalítica. Essa pouca amplitude conflui para nossas questões sobre as relações de trabalho, os dispositivos e espaços organizacionais em jogo na formação psicanalítica, cuja “transferência com o trabalho” – como estamos propondo em nossa experiência – tenta circunscrever.

Nessa única passagem do autor, a referida noção aparece como condição dada por uma relação entre sujeitos (\$-\$), que permite haver transmissão sobre o que uma psicanálise pode ensinar – o que aqui vamos resumir a um saber incompleto sobre o inconsciente e a uma verdade não-toda sobre sua causa.

Então, a transmissão da psicanálise está condicionada a uma relação entre sujeitos, sem que alguém se arvore a ser um mestre, encarnando o saber: “O ensino da psicanálise só pode transmitir-se de um sujeito para outro pelas vias de uma transferência de trabalho” (Lacan, 2003/1964, p. 242). Essa ideia é situada no bojo de sua formulação sobre o dispositivo do pequeno grupo de trabalho horizontal, o cartel, cuja dinâmica implica dissolução e permuta contínuas – o que seria fundamental na transmissão e produção de um saber em uma Escola.

Na Proposição de outubro de 1967, encontramos o conhecido trecho no qual “o psicanalista só se autoriza de si mesmo” ao mesmo tempo em que a Escola se situa como lugar para onde psicanalistas podem “querer” se endereçar a fim de obterem um reconhecimento em termos de uma “garantia” da formação (Lacan 2003/1967, p. 248). É nesse texto também que o autor propôs o dispositivo do passe a fim de verificar testemunhos que pudessem indicar a passagem de psicanalisante a psicanalista no final de uma análise. Além do cartel e do passe, encontramos a oferta de supervisões, a reafirmação leiga da psicanálise e a circulação das funções institucionais como propostas para a organização da formação na Escola lacaniana. Tais elementos contam com estatuto jurídico e uma associação declarada formalmente – termos que dão lugar à institucionalização da proposta.

Vemos que o contexto onde se situa a noção de “transferência de trabalho” não é simples nem genérico, pois centraliza a Escola lacaniana como espaço social e simbólico desse trabalho transferencial entre psicanalistas. Contudo, é amplo e corrente falarmos das relações de trabalho entre psicanalistas em diversos outros percursos, iniciativas e dispositivos formativos mais ou menos institucionais ou sem uma determinada formalidade instituída - como organizações autogestionárias, tal como o coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt, além de espaços de circulação ou pertencimento com a presença reconhecida por psicanalistas, como universidades e diferentes equipamentos das políticas públicas (Coaracy Neto, 2025). São experiências diversas ao espaço institucional de uma escola, associação ou instituição psicanalítica, com efeitos de formação conforme a chave “em extensão” – portanto, além daquela “em intensão” concernente à análise pessoal, que compõe o tripé formativo – mas que, há muito, já fazem parte dos circuitos formativos psicanalíticos no Brasil.

Contudo, certas experiências “em extensão” portam maior valor social, no sentido de legitimidade e reconhecimento, quando têm em seu centro uma escola ou instituição. Assim, atualmente, importa marcar que, seja quais forem os jogos simbólicos e materiais em questão, a legitimidade da formação psicanalítica no Brasil não vem se reduzindo às instituições de formação tradicionalmente conhecidas e prestigiosas (Franco, 2023). Especialmente desde 2017, vimos acompanhando a pulverização de organizações coletivas que propõem formações psicanalíticas e/ou clínicas públicas, sem constituírem própria e formalmente uma instituição, associação ou escola psicanalítica. É nesse contexto que discutimos certa extrapolação da noção de “transferência de trabalho”, descentralizando a Escola ou instituição de psicanálise e associando o trabalho à prática coletiva em um território. Mas, antes de tocarmos neste ponto, daremos mais algumas voltas sobre a noção de transferência de trabalho em Lacan.

Essa noção se encontra na esteira do texto de Freud (2011/1921) “Psicologia das Massas”, sendo sensível aos fenômenos grupais e, sobretudo, os de massa (identificações alienantes, submissões hierárquicas e exclusões narcísicas), que podem ser encontrados na larga crítica de Lacan às normativas da IPA, incluindo conflitos notórios com sua participação, a exemplo da dita “excomunhão” de 1963. Desse modo, não é à toa que Lacan vai articular os termos “transferência” e “trabalho” justamente ao propor novas dinâmicas para um trabalho formativo em sua Escola – inicialmente, a Escola Freudiana de Paris, em 1964.

Em nossa primeira leitura, a relação indissociável da noção de transferência de trabalho, presente em texto institucional da sua Escola, parece justificada pela referida conjuntura, o que inclui a invenção de outro espaço institucional mais condizente com os preceitos psicanalíticos para “garantir” uma formação específica – lembrando que as aspas ressoam o próprio termo que Lacan empregou.

Mas, o que pode acontecer se desembaraçarmos o eixo de determinação da centralidade: transferência de trabalho → Escola? Essa pergunta se justifica tanto pela experiência de analistas em coletivos, como já mencionado, quanto pela nossa percepção de que, especialmente no Brasil, as instituições de psicanálise ainda não criaram dispositivos capazes de fissurar a concentração do poder — seja em termos materiais, de legitimidade, encaminhamentos ou ocupação de cargos.

Dunker e Neto (2014) apontam que a resistência de debater sobre o Brasil, sua história e conjuntura, pode estar na base de repetições de impasses fálicos nas instituições de psicanálise lacaniana no Brasil, que vivem inúmeras pulverizações e reproduções de mestres. Não é de se espantar o quão recorrente é ouvir dos diversos coletivos de psicanalistas brasileiros que a psicanálise local seria elitizada, sem considerações por questões de raça, classe e gênero em seus processos formativos, no trabalho cotidiano e nas condições materiais no âmago dos processos formativos que sustentam.

Talvez a emergência atual de diversos coletivos no Brasil, que associam trabalho, formação psicanalítica, territórios e causas políticas, pode enfatizar a pertinência de extrapolar e experimentar “transferências com o trabalho” em psicanálise para além da centralidade e concentração de poderes de uma instituição. Em outras palavras, algo que proporciona um processo formativo capaz de questionar uma lógica histórica de manutenção da legitimidade e das possibilidades de reconhecimento de psicanalistas que se torna segregada e excludente do território brasileiro e sua história.

Ao retomarmos o conceito de transferência freudiano, lembremos que esse fenômeno inconsciente não se apresenta como exclusividade da relação médico-paciente/analista-analisante, mas dá visibilidade à manifestação de certos padrões relacionais cuja carga afetiva é deslocada de sua origem. Freud (1996/1912), inclusive, refere este fenômeno como estando presente no cotidiano das instituições, indicando sua verificação e eficácia para além do encontro analítico.

Contudo, mesmo sem consistir em um fenômeno exclusivo da clínica tradicional, o enquadre e seu manejo psicanalítico se devem ao encontro clínico. Daí que Lacan (1997/1964) tenha dito que a transferência seria equivalente ao seu manejo, a fim de que o sujeito realize um “trabalho” com sua associação livre – sendo o trabalho, em larga escala, feito pelo analisante.

Temos uma importante distinção neste ponto: o “trabalho de transferência” como sendo o trabalho elaborativo em jogo no contexto clínico, tarefa do analisante, isto é, do sujeito sob transferência, e a “transferência de trabalho” no cerne de uma proposta formativa, por meio da relação social em pequenos grupos de trabalho com pesquisa teórica e que se ocupam do espaço institucional da formação na Escola.

Apesar dessa distinção, não nos parece simples transpor o conceito de transferência para um trabalho que alcance o que pode ser uma formação psicanalítica e indicamos ser necessário mais espaço para abordar a questão de que seja o(a) paciente que comparece como quem trabalha numa análise.

No “trabalho de transferência” encontramos um sujeito em seu processo analítico, quando atualiza sua realidade sexual inconsciente e desloca seu afeto amoroso (investe energia, libido) em direção ao saber atribuído a um(a) analista, numa chave de crença de que aquela pessoa irá ajudar de alguma forma. Essa ilusão de que o(a) analista sabe é importante para que o próprio sujeito trabalhe e descubra, no seu percurso analítico, que não só ele mesmo é castrado, mas também o Outro a quem se dirige também é castrado.

Na “transferência de trabalho” cada sujeito do laço social se encontra em sua posição como tal dividida (\$). Por isso que o ensino da psicanálise está condicionado à posição de analisante, de sujeito dividido: “Assim como o analisante que elabora o saber inconsciente em sua própria análise, o ensinante é um trabalhador cuja construção de saber é ordenada por aquilo que não sabe, mas interroga” (Vogelaar, 2018, p. 87). Nesta modalidade de transferência dirigida ao trabalho formativo, o Outro se encontra barrado, mas mobilizando o desejo de saber que aponta para uma formação permanente: “para essa operação insensata, uma psicanálise, na medida em que ela envereda pelos rastros do desejo de saber” (Lacan, 1992/1969-1970, p. 112).

Detalhamos meandros que cercam a noção de transferência analítica e transferência de trabalho em termos de uma aposta institucional que busca levar em conta o inconsciente. Ainda assim, encontramos múltiplas noções em psicanálise que envolvem a dimensão do trabalho, não sendo uma exclusividade da noção que abordamos aqui, como: “trabalho psíquico”, “trabalho do sonho”, “trabalho de luto”. A dimensão do emprego de energia psíquica numa produção é ensejo conhecido dos desenvolvimentos da prática e da teoria psicanalítica. Em Freud (2010/1930), temos que o trabalho escolhido e apreciado exerce uma função para a economia psíquica do sujeito, atuando como uma das possíveis artimanhas humanas contra o sofrimento.

Tendo minimamente dado alguns contornos para as aplicações típicas do termo “trabalho” no campo psicanalítico, nossa vontade, neste momento, é aprofundar a dimensão do trabalho no laço entre analistas que redunde ou permita que se produza algo que chamamos de “formação”. Fica como lacuna a dimensão do trabalho como função social e psíquica da vida em sociedade, o que diz da forma com que transformamos a realidade e de como valores são produzidos, concentrados ou distribuídos. Isso é assunto para outra ocasião. Afinal, o próprio psicanalista é um trabalhador, geralmente, liberal e autônomo, no sentido da ocupação material e do seu lugar social no capitalismo.

Trabalho de formação

Aqui, estamos sublinhando uma “transferência com o trabalho” cuja centralidade se encontra na “tarefa” – em chave pichoniana (2005) – que é feita no coletivo na Praça Roosevelt: os atendimentos aos sábados na praça e as intervisões semanais para a discussão dos casos e do próprio coletivo. É desses trabalhos coletivos que colhemos, compartilhamos e sustentamos, entre alguns, passos importantes de nossa formação psicanalítica.

Com isso, enfatizamos que uma dimensão relevante da transferência, ou seja, da atualização do inconsciente de cada participante do coletivo, se dá a partir do trabalho coletivo, sendo este composto por cada membro do coletivo atuando nas referidas tarefas, bem como a partir dos laços entre os membros e nas contingências emergentes, que nos interpelam a partir do que circula pela praça. Tal atualização transferencial pode forçar um trabalho de elaboração de conflitos e demais expressões do inconsciente, que comparecem nas reuniões semanais de intervisão ou supervisão (neste caso, com alguém externo ao coletivo).

Cada analista se encontra como mais um, já que estamos todos em posição de aprendizagem contínua, pois ninguém está “pronto” – cada um se encontra como analisante, ensinante, trabalhador e sujeito dividido. Ou seja, ao insistirmos numa transferência com o trabalho endereçada ao coletivo, não advogamos que a partir de tais processos prescindamos de que cada um faça seu processo de análise, mas que este processo não é sem atravessamentos de dimensões coletivas emergentes do trabalho na praça, seu território e sua história – e vice-versa. Assim, apostamos que o espaço coletivo é, também, relevante para um trabalho com o inconsciente, além de contorno e oportunidade para simbolizar e dar um tratamento aos conflitos que emergem. Entendemos isso como experiências coletivas de incidência formativa.

Para realçar isso, propomos que os casos clínicos sejam sempre coletivos, mesmo que existam pessoas atendidas por apenas um ou alguns analistas. Sem os atendimentos clínicos nesse território, nossos encontros semanais para intervisão, discussão de textos e deliberações não teriam finalidade, além do possível gesto individual e liberal-caritativo da oferta de atendimentos sem intermediação do dinheiro numa praça. Desse modo, em ressonância ao deslocamento da centralidade de uma escola ou instituição psicanalítica, nesse caso, a transferência se dá com o trabalho coletivo, sem que isso se contraponha à circulação de seus membros em outros tantos espaços que compõem a formação de um psicanalista em nossos tempos.

Entendemos que circular por diferentes espaços de formação – conforme a concepção de “pensar” com os pés, em alusão ao que Tosquelles (1991/2024) e outros autores já articularam – pode ser um forte antígeno contra forças históricas, da ordem das concentrações de poder e mantenedoras das violências de raça, classe e gênero, portanto, uma força contra-endogâmica. No entanto, apenas deslocar o centro de uma formação – neste caso, para o coletivo – pode redundar em efeitos iatrogênicos semelhantes ou iguais ao mal-estar convencional de uma instituição.

É da ordem do provável, aliás, que violências encontradas na sociedade sejam reproduzidas nos coletivos, mesmo com descentralizações relativas a uma prática territorial e dinâmicas horizontais e autogestionárias. Isso porque coletivos também não estão fora deste mundo e tendem a produzir dinâmicas institucionais e a reproduzir o que visam combater (Marino, 2024).

Ao nos apropriar e desdobrar a expressão “transferência de trabalho” como centralizada em uma instituição, muitas vezes desarticulada dos territórios e da história do Brasil, damos notícia das exclusões e miopias típicas das propostas de formação mais tradicionais e historicamente encontradas no país, sobretudo no que não puderam alcançar, à altura do nosso tempo, de uma psicanálise feita no Brasil. O reconhecimento de um elitismo – que inclui no recorte de classe social a concentração de capital simbólico na “classe” de psicanalistas – fez com que, historicamente, a formação psicanalítica se destinasse a pessoas majoritariamente brancas de classe média-alta.

No entanto, as políticas de cotas estudantis permitiram muitos jovens da classe média-baixa, periféricos e não-brancos ingressarem no ensino superior. São processos transformativos relativamente recentes em nossa sociedade, quando, por exemplo, nos primeiros anos do século XXI, tivemos as primeiras leis que fizeram incluir o ensino de história, cultura afro-brasileira e cosmogonias indígenas nas escolas, bem como programas de ações afirmativas para o ensino superior. Tal ampliação de acesso e tentativa de reparação histórica desembocará também nas instituições de formação psicanalíticas, mas, mais incisivamente, como mobilizador e presença cotidiana nos coletivos de psicanalistas.

Realçar essa estratégia de uma transferência com o trabalho enquanto parte de uma formação psicanalítica, descentralizada das instituições, mas não sem elas, é uma forma de realçar contornos formativos de uma rede intermitente, faltosa e circulatória por onde psicanalistas circulam há muito tempo no Brasil (Coaracy, 2025). Em outras palavras, é uma forma de apostar que a formação pode estar afetada pelos efeitos dessas mudanças históricas e materiais dos últimos anos no país. Soma-se a isso um acento dado ao lugar do trabalho na nossa sociedade, pois se trata de uma transferência apoiada em uma categoria de análise e de disputa mobilizadora das lutas de classe.

Dadas essas transformações mais recentes encontradas no país, diferentes instituições de ensino, incluindo aquelas voltadas à formação analítica, vêm se confrontando com fenômenos atinentes ao engessamento epistemológico e ao abalo narcísico oriundo do reconhecimento da composição majoritária de sua classe e recorte racial dominantes.

A exemplo da proposta lacaniana para sua Escola, a de um “lugar de refúgio ou bases de operação contra o que já então se podia chamar de mal-estar na civilização” (Lacan, 1964/2003, p. 244), verificou-se, agora realçado pela visada daqueles de “fora” do muro, um lugar de reprodução do mal-estar social nessas mesmas escolas ou instituições. É nessa conjuntura de possíveis abalos dessas bases que estruturam nossa sociedade que testemunhamos o surgimento de coletivos de psicanalistas com propostas formativas e de clínicas públicas.

Temos acompanhado um deslocamento da centralidade das instituições nos processos formativos de analistas, bem-motivados pelo atravessamento de territórios, por outras epistemologias e práticas coletivas instituintes. Uma abertura condizente ao que Zygouris (2010) entende ser, justamente, o que “impulsiona a criatividade necessária à vitalidade da psicanálise” (p. 142). E, nesse sentido, podemos recuperar a diferença entre o amor ao saber e o amor ao mestre. Distinção que pode ser obliterada em espaços de formação devotados a um único autor ou que concentram sobre si mesmos um lugar ilhado para a formação, paroquiando ao invés de pulverizar as transferências e demais fenômenos de concentração do poder.

Afinal, a formação psicanalítica implica um trabalho feito no laço entre psicanalistas – inclusive entendido como parte inerente dessa mesma formação, pois não há analista sem análise conduzida por pelo menos um outro analista. São laços diversos e cada qual revela percursos singulares cujas experiências comportam forças transformativas, contradições e entropias – eis o que, talvez, seja garantido. Das diferentes afinidades e temporalidades contidas nas transferências de trabalho, ressaltamos que uma transferência com o trabalho pode alçar um comum de uma psicanálise mais a “cara” e implicada com o Brasil.

Referências

- Coaracy, A. R. (2025). *Uma narrativa histórica sobre coletivos de psicanalistas: notas sobre a formação psicanalítica* [Tese de doutorado, Instituto de Psicologia]. Universidade de São Paulo.
- Danto, E. A. (2019). *As clínicas públicas de Freud: psicanálise e justiça social, 1918-1938*. Perspectiva.
- Franco, W. (2023). *Como um analista pensa: ensaios sobre acesso, autorização e pertencimento em psicanálise*. Blucher.
- Freud, S. (1996). A dinâmica da transferência. Em S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 12, pp. 110–119). Imago. (Trabalho original publicado em 1912)
- Freud, S. (2010). O mal-estar na civilização. Em S. Freud, *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)* (Vol. 18, pp. 13–122). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1930)
- Freud, S. (2011). Psicologia das massas e análise do eu. Em S. Freud, *Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)* (Vol. 15, pp. 13–113). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1921)
- Lacan, J. (1992). *O Seminário, livro 17: O avesso da psicanálise*. Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1969–1970)
- Lacan, J. (1997). *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1964)
- Lacan, J. (2003a). Ato de fundação. Em J. Lacan, *Outros escritos* (pp. 235–247). Zahar. (Trabalho original publicado em 1964)
- Lacan, J. (2003b). Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola. Em J. Lacan, *Outros escritos* (pp. 248–264). Zahar. (Trabalho original publicado em 1967)
- Marino, A. S. (2024). *A psicanálise nas políticas públicas: entre bem-estar e mal-estar social*. Blucher.
- Pichon-Rivière, E. (2005). *O processo grupal*. Livraria Martins Fontes.
- Tosquelles, F. (2024). Uma política da loucura. Em A. Santos (Org.), *Uma política da loucura e outros textos* (pp. 51–70). sobinfluencia edições; Ubu.
- Vogelaar, R. B. (2018). Uma re-volta a mais no ensino e na transmissão... para continuar fazendo Escola em Fórum. *Stylus: Revista de Psicanálise*, (36), 85–90.
- Zygouris, R. (2010). Entrevista: Por uma psicanálise laica. *Revista Percurso*, (45). <https://percurso.openjournalsolutions.com.br/index.php/ojs/article/view/1232/1273>

COMO CITAR ESSE TEXTO

Marino, A.S.; Coaracy, A.; Rosa, M.D. (2026). Formação e trabalho no coletivo Psicanáise na Praça Roosevelt. *Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia*, v. 12, n.2, 08-21. <https://dx.doi.org/10.59068/24476137fcoletivopracaroosevelt>

RECEBIDO EM: 15/05/2026
APROVADO EM: 25/05/2026

ARTIGO

EFEITOS PSÍQUICOS DAS MIGRAÇÕES: A condição do migrante como “sujeito partido”

<https://dx.doi.org/10.59068/24476137sujeitopartido>



Liliana Emparan

lilianaemparan@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/4065558241660149>

Psicanalista e membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Doutora em Ciências (Psicologia Clínica) pelo Instituto de Psicologia Clínica da Universidade de São Paulo (IPUSP). Mestre em Psicologia e Educação pela Faculdade de Educação da USP. Coordenadora do Projeto Ponte. Autora do livro: A clínica com migrantes e o sujeito partido. (2025, Editora Escuta).

**Efeitos psíquicos das migrações: a condição do migrante
como “sujeito partido”**

**Psychic effects of migration: the condition of migrant as “broken
subject”.**

**Efectos psíquicos de las migraciones: la condición del migrante
como “sujeto partido”**

Resumo

Migrações são fenômenos que existiram desde os primórdios da vida. A adaptação se torna chave nesta discussão. Viver em outro país, conviver com culturas e línguas diferentes implica transitar por espaços não familiares, lidar com a estranheza, se haver com os efeitos psíquicos ligadas ao luto, à uma imagem diferente de si e do outro, diferentes formas de habitar e pertencer, trabalhar e se vincular. Segundo René Kaës (1979), a migração implica processos de ruptura e sutura, singulares e plurais, onde o apoio e as redes construídas nos países de origem e destino serão essenciais. Há necessidade de um atravessamento do luto, das perdas que a migração significou, promovendo uma reconfiguração psíquica. Esta reorganização psíquica implica transitar entre pertencimentos e posições parciais, o que leva a uma imagem de si mesmo fragmentada, que denominamos de “sujeito partido”. O objetivo do artigo é discutir as implicações do migrar e seus efeitos psíquicos, tendo em vista o contexto atual da globalização. O referencial teórico é a Psicanálise, principalmente a Psicanálise de grupo representada aqui por René Kaës. Neste artigo se trabalhou com vinhetas clínicas.

Palavras-chave migrações, psicanálise, efeitos psíquicos, “sujeito partido”.

Abstract

Migrations are phenomena that have existed since the dawn of life. Adaptation becomes key in this discussion. Living in another country, living with different cultures and languages implies moving through unfamiliar spaces, dealing with strangeness, dealing with the psychic effects linked to mourning, a different image of oneself and the other, different ways of living and belonging, working and bonding. According to René Kaës (1979), migration involves processes of rupture and suture, singular and plural, where the support and networks built up in the countries of origin and destination will be essential. There is a need to go through the mourning, the losses that migration has meant, promoting a psychic reconfiguration. This psychic reorganization involves moving between partial belongings and positions, which leads to a fragmented self-image, which we call the “broken subject”. The aim of this article is to discuss the implications of migrating and its psychic effects, taking into account the current context of globalization. The theoretical framework is psychoanalysis, especially group psychoanalysis, represented here by René Kaës. This article used clinical vignettes.

Key-words: migrations, psychoanalysis, psychic effects, “broken subject”

Resumen

Las migraciones son fenómenos que han existido desde los albores de la vida. La adaptación resulta clave en este debate. Vivir en otro país, convivir con culturas y lenguas diferentes implica transitar por espacios desconocidos, lidiar con la extrañeza, con los efectos psíquicos del duelo, con una imagen diferente de uno mismo y del otro, con formas distintas de vivir y pertenecer, trabajar y vincularse. Según René Kaës (1979), la migración implica procesos de ruptura y sutura, singulares y plurales, en los que el apoyo y las redes construidas en los países de origen y destino serán esenciales. Es necesario atravesar el duelo, las pérdidas que ha supuesto la migración, promoviendo una reconfiguración psíquica. Esta reorganización psíquica implica moverse entre pertenencias y posiciones parciales, lo que conduce a una autoimagen fragmentada, que denominamos «sujeto partido». El objetivo de este artículo es discutir las implicaciones de la migración y sus efectos psíquicos en el contexto actual de la globalización. El marco teórico es el psicoanálisis, especialmente el psicoanálisis de grupo, representado aquí por René Kaës. Este artículo se ha trabajado con viñetas clínicas.

Palabras-clave: migraciones, psicoanálisis, efectos psíquicos, “sujeto partido”.

Introdução

Migrações são fenômenos que existiram desde os primórdios da vida, na tentativa de habitar a vasta diversidade do planeta Terra. O ser humano sempre lidou com os desafios de viver em diferentes ambientes e a tentativa de se adaptar a eles. A relação entre o ser humano, o entorno e os vínculos encena possíveis formas de lidar com a fragilidade humana e o desamparo primordial, tendo na migração uma alternativa. Como consequência, as pessoas se deslocavam em busca de refúgio formando agrupamentos. Adaptar-se implica lidar com uma tensão e um mal-estar advindos do conflito entre o prazer e o desprazer, a segurança e o novo, o uno e o múltiplo, o estranho e o familiar que fazem parte do desafio da vida. Viver em outro país, conviver com culturas e línguas diferentes implica transitar por espaços não familiares, especialmente os espaços externos e coletivos: o bairro, a cidade, o trabalho, a escola, a igreja. Implica também se haver com questões ligadas ao luto, à imagem de si e do outro, às formas de habitar e de formar parte, de trabalhar e se vincular, e uma certa reorganização psíquica. Há, portanto, uma tensão entre a abertura ao novo e estranho e o fechamento ao conhecido e familiar, entre a preservação da cultura originária e a abertura para a nova cultura do país de acolhida.

Migrar implica lidar com a ruptura advinda de deixar o familiar e aquilo que fora transmitido pela família, a escola, as instituições e a sociedade e se deparar com novas formas de organização do espaço, tempo, vínculos e normas sociais. Para que o sujeito possa continuar a viver ele precisará construir algum tipo de sutura para dar continuidade na sua vida. Como René Kaës (1979) destaca, a migração implica processos de ruptura e sutura, processos singulares e plurais, onde o apoio e as redes construídas nos países de origem e destino serão essenciais. Há necessidade de um atravessamento do luto, das perdas que a migração significou.

E luto, sabemos, é uma experiência que necessita de um tempo de atravessamento, pede um demorar-se na passagem para que se possa recolher, não sem dor, os ecos e os ocos do que foi perdido na perda. (Hassoun, 2023, p. 18)

As formas de viver no país de destino podem ser variadas: desde um profundo mal-estar por diversos motivos e a conseqüente tentativa de retornar ao país de origem; à permanência no país de destino, vivendo apenas em comunidades fechadas de nacionais; à construção de um lugar intermediário entre culturas e/ou a manifestação de um duplo sentimento de pertencimento ao país de origem e destino. Enquanto as duas primeiras formas de viver significam não adaptação e não integração ao país e comunidade de destino, a última implica uma certa negociação, algum tipo de resolução entre a identidade nacional originária e a migrante. Esta negociação psíquica implica transitar entre pertencimentos e posições parciais, o que leva a uma imagem de si mesmo fragmentada, o que denominamos de “sujeito partido”. O migrante reconhece a existência de raízes familiares, culturais, linguísticas e sociais ligadas à origem, mas também, a possibilidade de construir raízes espalhadas feito rizomas, ligadas a novos movimentos de enraizamento e pertencimento em relação ao país de destino, e que implica um trabalho de luto e reconfiguração.

Objetivos

Neste artigo temos como objetivo discutir as implicações do migrar e seus efeitos psíquicos, tendo em vista o contexto atual da globalização. Sabemos que existem diferenças consideráveis nos tipos de migrações, sejam voluntárias ou forçadas, assim como no fato de migrar individualmente, em família, se deslocar entre culturas e línguas conhecidas, ter acesso à moradia, emprego, documentação etc. Apesar de todas estas diferenças, discutiremos aqui o efeito de estranhamento e de ruptura que implica migrar e a possibilidade de construir uma continuidade na história do sujeito, um antes e depois da migração, tentando suturar a ruptura provocada pela perda e luto e a nova vida no país de acolhida.

Metodologia

Estas análises são fruto da Tese de Doutorado defendida no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo em 2021. Para tanto, criamos uma metáfora que pudesse dar conta de descrever e acompanhar a condição psíquica e o percurso dos migrantes em relação ao pertencimento e adaptação ao país de destino, metáfora que denominamos “sujeito partido” (Pereira, 2021, Emparan, 2023). Nestes trabalhos, analisamos a história vivida por migrantes adultos que se deslocaram de forma voluntária para o Brasil, vindos de três países latino-americanos e um europeu.

Os motivos das migrações compõem um entrelaçamento de aspectos econômicos, laborais, políticos e vinculares, sendo os três primeiros casos analisados na tese migrações entre países sul-sul, e a europeia, uma migração entre países do chamado primeiro mundo para o sul global.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de referencial psicanalítico, que acompanhou os processos terapêuticos de pacientes ao longo de alguns anos. O referencial teórico é a Psicanálise, principalmente a Psicanálise de grupo representada aqui pelo psicanalista francês René Kaës. Para o presente artigo e devido ao propósito deste trabalho, trabalharemos com vinhetas clínicas.

Discussão: Globalização, Migração e seus predicados

Migrar rima com mudar, descontinuar, se aventurar, trilhar outros caminhos, sair do espaço próximo, se enveredar pelo desconhecido, correr riscos, tentar sobreviver e ter uma vida melhor, instaurar um antes e um depois, um aqui e um lá, construir e poder relatar essa história de deslocamento. É deslocar-se em decorrência de guerras, fome, desemprego, crises econômicas, políticas ou sanitárias, desastres climáticos, perseguição, violência, racismo, xenofobia, etc. Frente a estas situações, muitas vezes limite, os sujeitos encontram na migração, um caminho para superar obstáculos de difícil solução e quiçá, nas migrações forçadas, a única possibilidade para garantir a sobrevivência.

Migrar voluntariamente é muito diferente de fazê-lo de forma forçada. No primeiro caso, o sujeito consegue de alguma forma planejar seu deslocamento em termos de tempo e espaço: pode escolher o país de destino e a forma de alcançá-lo, - embora saibamos que a “escolha” também é parcial, devido às condições econômicas e laborais e ao perfil do migrante, restringindo ou impedindo sua entrada no novo país. No segundo caso, a migração implica uma fuga diante de uma perseguição que coloca o sujeito em alto risco. O migrante não pode escolher quando e para onde migrará, muitas vezes, nem consegue alcançar o país de destino devido a rotas de fuga perigosíssimas, ameaças constantes, extorsões de todo tipo, travessias extenuantes, risco iminente de morte etc. Quando consegue chegar ao país de destino pode ser um solicitante de refúgio, um autoexilado ou um apátrida. Feito este esclarecimento necessário, adotaremos a denominação “migrante” por englobar todos os tipos de migrantes, tanto o migrante econômico ou temporário, o migrante interno ou internacional, o refugiado, o apátrida, o exilado, etc.

Atualmente, observamos contingentes de pessoas em deslocamento como resultado da globalização: modelo que propõe um mundo sem fronteiras, livre circulação de pessoas e mercadorias, mas que produz exclusões, muros, campos de refugiados, etc. Escutamos, assim, a promessa de um mundo sem fronteiras, um canto da sereia semelhante ao do famoso texto *A Odisseia*, uma sedução que não é um convite real para todos.

Os deslocamentos na atualidade respondem à estrutura econômica do capitalismo transnacional que estabelece uma ordem internacional de exploração das chamadas nações centrais sobre as periféricas, os chamados primeiro mundo e o sul global, uma divisão que promove uma profunda desigualdade, aumento da pobreza e concentração de riqueza. O dito primeiro mundo precisa de mão-de-obra barata, incidindo numa divisão do trabalho onde alguns países, migrantes e populações marginalizadas realizam trabalhos com baixa remuneração, informalidade e perda de direitos, o que reduz os custos de produção. Pessoas de diferentes continentes são atraídas para estes países centrais pela necessidade de mão-de-obra, na promessa de uma vida melhor que raramente é alcançada.

Dentro dos preconceitos comuns estaria a ideia de que os migrantes vêm “roubar” empregos, o que não condiz com a realidade das funções comumente exercidas por eles/elas: trabalhos ligados à construção civil, aos cuidados com crianças ou idosos, à limpeza de empresas ou de casas, à manutenção de jardins, de casas ou pequenos consertos; trabalhos como garçons, atendentes, etc.

Ir embora, deixar o familiar, pode significar estar do outro lado do mundo e não poder mais retornar ao país de origem. Escolher o que se quer levar na bagagem ou não poder levar nada -a não ser as memórias- é um divisor de águas que explicita a vulnerabilidade migratória. Às vezes, migrar implica desconhecer totalmente o país para onde se pode ou se quer ir. Migrar é um ato de coragem e uma tentativa de preservação da vida e da integridade física.

A chegada e a vida no país de destino implica enfrentar novos idiomas, culturas, relacionamentos e regras e acordos sociais. A presença do migrante é percebida pelos locais, provocando estranhamento, curiosidade, podendo alcançar repulsa e ódio. Geralmente, o migrante é questionado em relação aos motivos da migração, porém, algumas vezes, cala ao ser invadido pelo medo, principalmente nas situações de cunho traumático vividas no périplo migratório. Além disso, as condições de acolhimento nem sempre são propícias para os migrantes, que podem enfrentar preconceitos e violência devido à sua origem étnico-racial, religião, sexo, cultura e língua de origem.

Sobre o estranhamento

O migrante - esse estanho-estrangeiro - é logo percebido como alguém que não é local: o seu corpo e vestimenta, sua língua e sotaque, seus costumes e formas de tratamento revelam um outro mundo desconhecido que pode ser sentido como ameaçante. O migrante encarna uma dupla estranheza: a figuração de um outro não familiar, desconhecido, e também a estranheza que insinua uma ruptura em relação a um outro espaço e tempo diferentes do atual: ele não é daqui.

A estranheza definida por Freud (1919) através da articulação entre o estranho-familiar (*unheimlich e heimlich*) encontra na hospitalidade e na hostilidade um expoente desta duplicidade, entre o acolher e receber e o expulsar e rejeitar. O neologismo *Hostipitalidade*, criado por Derrida (2003), condensa a ambiguidade de sentimentos que o migrante desperta, entre a hospitalidade e acolhida e a hostilidade e expulsão.

O estranhamento (*Unheimlich*) próprio e do outro aumentam especialmente quando são questionados sobre pertencimento e identidade: Quem é? De onde é? Por quê veio? Estes interrogantes causam angústia, ambiguidade e divisão. Do lado do migrante, o desafio, nem sempre consciente, é a possibilidade de se assumir como um sujeito intercultural, um sujeito em trânsito entre culturas e línguas, travessias entre origem e destino.

O Evangelho é incansavelmente atravessado pela pergunta: quem es Tu? É o estrangeiro, o viandante, o exilado que, todavia, hospeda e extrai de seu exílio a energia de hospedar. O outro é o enigma que me interpela e torna a questionar meu pensar. No encontro com aquele “tu” as-simétrico, o Outro que chega inopinadamente não está ao alcance da mão. Seu estar no mundo não é erigir-se num fundamento. É ir ao encontro do *eu*, ingressando como irreduzível diferença. (Maldonato, 2004, p 71)

A migração implica perdas, o luto de algo familiar que se deixou para atrás e a possibilidade de se aventurar pelo novo e estranho. Assim, quem migra precisará transitar não somente entre espaços e tempos diferentes, mas entre culturas e línguas diferentes que significarão renúncias, adaptações e ressignificações.

A questão da diferença linguística ganha um destaque nas migrações, já que implica a urgência de poder se comunicar, conseguir emprego, documentação, etc. Mesmo quando o país de acolhida não representa uma novidade ou requer a aprendizagem de uma nova língua, as marcas locais e diferenças culturais assinalam as nuances entre as línguas, os desafios de comunicação e os atos falhos. O contexto linguístico original insiste nas lembranças e nas formas de pensar e articular ideias, a língua de origem não é esquecida totalmente e pode ser acessada a qualquer momento.

A medida que o migrante se inscreve e constrói um pertencimento, o que vai acontecendo é que a transmissão da língua materna e nacional é recalcada, dando espaço, assim, para a apropriação da nova língua. As línguas de origem funcionam, segundo a definição poética do Hassoun, como contrabandistas da memória, elas não são esquecidas. “No entanto, essas línguas continuam a agir, seguem *correndo* a título de uma nostalgia.” (Hassoun, 2023, p. 65)

Para viver em outro país, o migrante precisará abrir mão de sua cultura e língua? Isto seria possível? O que significa adaptar-se ao novo país? Que tipo de vínculo ele estabelecerá com a nova cultura e o contexto social? E aqui estamos pensando também nas questões de grupo, já que a cultura do país de origem implica uma filiação e compartilhamento coletivos, assim como, de forma semelhante, a cultura do país de acolhida e a sua história, tradições e características próprias implicam uma construção grupal. Impõe-se, portanto, um trânsito entre o familiar e o estranho, um acesso mais consciente aos modelos culturais e familiares introjetados e geralmente inconscientes e recalçados.

Também levaremos em conta a interação entre atitudes e reações emocionais que surgem tanto na pessoa que migra quanto naqueles que constituem o ambiente que o deixa ou o recebe. Em relação ao primeiro, referimo-nos aos sentimentos do migrante para com seu grupo de pertencimento (libertação, perseguição, culpa, perda, etc.) e desse grupo para com ele. Quanto ao novo ambiente, pode receber o recém-chegado como um intruso, com rejeição e desconfiança, ou com vários graus de aceitação e esperança. Diante deles, o imigrante colocará em jogo suas possibilidades daquilo que se chama ‘adaptação’, ‘ajuste’ ou ‘integração’. Sem descuidar dessas categorias, tentaremos desenvolver, de outra perspectiva, a qualidade dos vínculos que podem ser estabelecidos entre o recém-chegado e o grupo receptor, que, em certa medida, serão influenciados pelas características das relações objetivas que o indivíduo teve antes, da migração e da comunidade que a recebe. (Grinberg, 1984, p. 12-13, tradução nossa)

Ao pensar em adaptação, pensamos na cultura, principal aspecto de humanização do sujeito e da constituição de grupos, destacando aqui a família e o grupo de nacionais. A cultura fornece elementos que delineiam um tipo de identidade cultural que diferencia o sujeito em relação a outros grupos e nações. A migração é um fenômeno que destaca e eleva a cultura como aspecto essencial da constituição psíquica singular e grupal e dos elementos ligados ao pertencimento, tais como normas sociais, língua, religião, costumes etc. Isto se deve à inevitável comparação entre as culturas de origem e destino, tanto na tentativa de compreensão do entorno, como de posicionamento frente ao país e grupo de acolhida.

René Kaës (2011) define a construção da subjetividade como algo da ordem do singular e do grupal, promovendo assim uma relação que perpassa o intrapsíquico (singular) e articula o intersubjetivo (plural). Ou seja, o sujeito sempre está se construindo na relação com o outro, no “entre”. Para o autor, o sujeito se constrói a partir da inscrição e elaboração das diferenças. Somada à diferença de sexos e de gerações, a cultura seria essa terceira diferença (1998) que incide, nas representações entre o eu e o outro. A cultura alcança, na sua teorização, portanto, um lugar de destaque em relação à construção da subjetividade.

O “sujeito partido”

Como referimos anteriormente a globalização traz efeitos importantes na estruturação dos países, não somente desde o ponto de vista econômico, mas também político, social e cultural. A globalização incide na ideia de uma “aldeia global”, ou seja, um mundo onde os limites geográficos e as fronteiras podem ser transpostas e é possível se locomover livremente, conhecer novas culturas e línguas, trabalhar e estudar em diferentes países, estabelecer relações interculturais etc. Este movimento de unificação não exclui movimentos na direção oposta, tais como separações, exclusões, hostilidades, intolerância etc. A diversidade e multiplicidade ganha força colocando o único e originário, os limites e fronteiras, em xeque. Constata-se, uma tensão entre o local e o global, entre o regional, nacional e transnacional, entre o singular e próprio e o e compartilhado, entre o homogêneo e o heterogêneo, complexificando e questionando certezas. Paralelamente, existem cada vez mais casais e famílias interculturais, o que provoca grandes desafios na convivência e na imagem que essas pessoas tem de si e do outro. A diferença atravessa essas relações promovendo questionamentos sobre o que significa adaptar-se a um novo país, fazer parte e pertencer, num trânsito pelo estranho-familiar. Os sujeitos podem almejar e usufruir da experiência global e intercultural, mas ao mesmo tempo, se perceberem confusos, perdidos, divididos, questionando sua própria imagem e identidade. Como efeito disto o migrante pode sentir-se como um “sujeito partido”. Essa sensação de fragmentação gera perplexidade e questionamentos, conflitos vinculares e sofrimento inconsciente.

O nome “sujeito partido” sugere o movimento do migrante: aquele que parte, deixa seu país de origem e seu espaço familiar em busca de melhores condições de vida e que, uma vez estabelecido no país de destino, busca reconstruir sua história. Esta travessia e estabelecimento no país de acolhida, implica, contudo, sentimentos de divisão entre a percepção de aspectos positivos e negativos dos países de origem e destino, fragmentação em relação à família de origem e os novos vínculos, adaptação parcial ao novo contexto social, língua e cultura compartilhada. Daí a nomeação desta condição do migrante através da metáfora de um “sujeito partido”.

Desta forma, o que se coloca em conflito é a ideia de um pertencimento único, de uma identidade homogênea, uma imagem de si mesmo unificada que entra em choque e colide nas migrações. Sabemos que a Psicanálise não trabalha com o conceito de identidade, até porque se apoia na construção de um sujeito em transformação, apoiado na diferenciação eu/outro, a partir da diferença de sexos e gerações. Contudo, podemos pensar a identidade como uma certa imagem de si mesmo, um contorno psíquico que integra de alguma forma o sujeito. Assim, as identificações, entendidas como traços parciais introjetados dos objetos e vínculos significativos, constituem este sujeito, de forma a oferecer-lhe um pertencimento, um território psíquico, uma história social, cultural e vincular que o constitui. Nos processos de deslocamento todos estes processos constitutivos se vêm questionados, muitas vezes, de forma inconsciente. Observa-se sua expressão e tradução em sentimentos de perplexidade, tensões familiares, cobranças de fidelidade a certos modelos nacionais, críticas ao país de origem e incorporação de características locais, afastamento concreto da família de origem e um sentimento de falha ao não poder estar presente, entre outros aspectos que insistem. Neste sentido, a citação abaixo vem de encontro a um questionamento identitário que vai da mão da globalização e das migrações com seus efeitos e consequências na subjetividade e interculturalidade.

Nessa tarefa, a psicanálise poderia ser uma considerável ajuda. No século XX ajudou a desmascarar e denunciar o preconceito identitário, a livrar-nos de sua obsessão. A modernidade pretendia fazer coincidir a saúde mental com uma estrutura psíquica unitária, compacta e idêntica a si própria no tempo e no espaço (nesse esquema a loucura seria a irrupção da multiplicidade na unidade, a cisão, a fragmentação de uma estrutura que, justamente por ser unitária, percebe a multiplicidade como quebra e desordem). Mais tarde, com o auxílio da literatura, da arte e da filosofia, chegamos à consideração, para usar as palavras de Fernando Pessoa, que cada um de nós é uma “confederação” de *eus*. E isso, talvez desse ponto poderia ter início uma crítica do preconceito identitário. (Maldonato, 2004, p.69)

Vinheta clínica

A história migratória de Pierre, 54 anos, mexicano é complexa, pois inclui três países. Começara quando foi estudar na Europa, ainda muito jovem. Ao terminar seus estudos, decide retornar a seu país de origem. Em seguida, resolve migrar novamente, agora para o Brasil. Na primeira migração, Pierre sai do país, tanto pela oportunidade de estudar fora como principalmente pela difícil situação política do México naquele momento. Como retornado mexicano depois de mais de uma década fora, ficou pouco tempo em seu país. Todavia, era um retorno ansiado e idealizado, como uma volta à Terra Prometida; embora, também sentido com estranhamento, uma sensação de não mais pertencer ao seu país de origem. Já a migração para o Brasil teve motivo relacional. Na Europa, era bem tratado, por ser o mais jovem do grupo de estrangeiros estudantes e por ter aparência europeia. Relata que preconceitos e xenofobia contra estudantes estrangeiros eram usuais, especialmente por *skinheads*, mas também pelos nacionais. A questão de parecer ou não um colonizado/colonizador também se destaca nesse caso, como algo experimentado ao longo de sua vida e na Europa, quando Pierre se comparava com outros migrantes latino-americanos de traços claramente indígenas. Lembra uma cena no metrô, onde os *skinheads* ameaçavam estrangeiros: decidiu passar por entre eles aparentemente tranquilo, mas com muito medo e se expondo ao perigo de ser agredido ou morto. Acredita que foi principalmente seu “trajar europeu” que fez com que o deixassem passar. Mencionava espancamentos e assassinatos de estudantes estrangeiros por *skinheads*.

Esse clima de violência se estendia à universidade: estudantes nacionais eram excluídos se tivessem contato estreito com os estrangeiros; o clima era tenso e hostil. Pierre constrói uma defesa frente ao perigo de ser estrangeiro: quando entravam *skinheads* no trem, ele se virava para a janela e ficava horas só olhando a paisagem; “me distraía”, comentou bucolicamente. Apesar desse perigo, dizia que se sentia muito adaptado ao país e que aprendeu facilmente a língua local; também fez muitos amigos. Contudo, nos fins de semana, ficava recluso em seu quarto. Aos poucos, foi ficando evidente que outra defesa do Pierre era a negação de sua estrangeiridade latino-americana e de seus medos, que eram minimizados, como se ele tivesse escolhido livremente ficar no quarto e não sair.

Os seus medos aparecem num sonho em que a polícia batia à porta e vinha buscá-lo por estar em situação irregular; acordou suado e angustiado. A perseguição aos estrangeiros se concretizou nesse pesadelo. A partir do sonho, Pierre acessa conteúdos inconscientes fundamentais que incidem em seus medos e em suas formas de defesa. O sonho fala de lugares psíquicos de pertencimento que implicariam sair de um “limbo”, um lugar “nem aqui, nem lá”.

Ao terminar seus estudos, resolve retornar ao México: havia um forte desejo de voltar a seu país. Pierre se apresentava como “não sou daqui, nem de lá”. Lá na Europa e aqui no Brasil, ele era sempre visto como estrangeiro; percebe que quis muito voltar ao México para resgatar algo de sua identidade nacional. Vou ‘fazer pátria’ no México. “Vou restituir o que me deram... Eu vi a diferença entre a Europa oriental e a ocidental; a oriental cinza, e as cores nas outras cidades como Paris, Londres, Berlim, Bruxelas, Munique... Eu tinha saudade do México, da comida, do sol... Não queria mais ser migrante, queria dizer: Isto é meu! Lá na Europa, eu ouvia as notícias dizia: isso não é meu! Eu não pertencço a este lugar...”. “Mas cheguei ao México e vi que também não pertencia mais... Lá tem homofobia, machismo, racismo. Eu tentei, mas vi que não pertencia mais ao México. Não me identifiquei. Quando voltei ao México, achei as conversas bobas, superficiais, eu estava muito politizado depois de anos na Europa. Eles [seus amigos de infância] falavam de música, eu não tinha nada em comum com eles... eles brincavam de briga de mãos. Fiquei na defensiva”.

Neste relato vários aspectos de sua história, valores e vínculos originários e atuais são acessados. “Numa migração, com as muitas perdas que implica, seja no mundo interno como no externo, os lutos precoces são revividos” (Ferrero, 2019, p. 45, tradução nossa).

Essas lembranças e associações foram se produzindo ao longo da análise, e a sensação de não se sentir pertencente nem ao México, nem ao Brasil o angustiava. Afinal, quais eram seu lugar e seu grupo de pertencimento? Seria a Europa? Todo esse movimento de (des)apropriação, pertencimento e identificações teve como efeito a tomada de uma posição que o levou a se definir como um “cidadão do mundo”, um sujeito que poderia morar em qualquer lugar. Seria em qualquer lugar realmente? O que significa se colocar psiquicamente como um “cidadão do mundo”? Seria uma construção identitária híbrida, formada por características dos países onde morou? A expressão “cidadão do mundo” apontaria um lugar intermediário?

A metáfora do sujeito partido ajudou na percepção clínica de que Pierre procurava uma posição intermediária que pudesse reunir todas as suas experiências nas diferentes migrações, mas principalmente as várias facetas que compunham sua história: Pierre membro de uma grande família no México, Pierre solitário morando na Europa, Pierre com sua própria família e vivendo no Brasil.

Considerações Finais: Questões para a clínica

O migrante é afetado pelo processo de globalização e seus *slogans*, tais como: “cidadão do mundo”, “mundo sem fronteiras” e “aldeia global”. Ao decidir ou precisar empreender o deslocamento ou fugir sofre a pressão social de algumas construções míticas que chamei de o “mito do migrante exitoso” ou o “mito do retorno à Terra Prometida” (Pereira, 2021). Estes mitos são formados e impõem ideias e preconceitos generalizantes, não condizentes com a realidade de muitos migrantes que não conseguem alcançar esse chamado “sucesso” econômico devido à desigualdade, condições adversas de moradia e emprego, xenofobia, racismo que podem acompanhar a dura vida no país de destino.

O mesmo ocorre com a imagem mítica difundida de um lugar paradisíaco, uma “Terra Prometida”, que sabemos é impossível de ser alcançada, mas forma parte dos slogans do capitalismo, suas perversidades, ideologias eugênicas e meritocráticas.

Outro aspecto importante é o sofrimento de sentir uma imagem de si partida frente a situação de não ter nascido no país de destino, mas morar ali; não saber bem quem se é agora, ao ter adotado certos costumes estranhos à sua cultura; sofrer ao ser questionado por familiares e amigos por não pertencer/ ser “nem daqui nem de lá”. Tudo isto leva a uma incerteza sobre seu futuro, curiosidade e ambiguidade frente ao novo, tentando sustentar a tensão entre ser estrangeiro, local e ter um pertencimento intermediário. Este processo pode incidir em idealizações sobre o lugar de origem e destino, não condizentes com os motivos reais que o levaram a precisar migrar ou a dura vida de muito trabalho no país de acolhida, colocando em xeque a sua adaptação.

O que parece estar em jogo é a ideia de uma fidelidade às origens e uma impossibilidade de estabelecer críticas ao novo país, já que é muito comum que o migrante ouça a seguinte frase: Senão está gostando ou não está se adaptando aqui, por que não volta pro seu país? As tensões entre a língua e a cultura de origem e destino pressupõe um movimento de abertura, aprendizagem e reconhecimento, onde questões psíquicas constitutivas são revisitadas.

Os traços de identificação e pertencimento passam pela maneira como nos comunicamos, os códigos que utilizamos, o recorte de mundo que a história nos propiciou como sujeitos e como grupo. Tudo isto incide nas relações intrapsíquicas, nas formas como o sujeito agora pode, a partir de outros códigos recontar sua história, se reposicionar em relação às suas origens e também nas relações intersubjetivas que colocam novos formatos de vínculos, o que promove novas configurações psíquicas. Todos estes aspectos que foram levantados incidem nas formas de estar no mundo desse sujeito migrante singular e plural que passará a incluir outras formas de transmissão, legados duplos que incluam a cultura e língua de origem e destino, heranças múltiplas a seus descendentes.

Incorporar a divisão e a fragmentação da condição migrante visando essa continuidade de um ser múltiplo e intercultural é uma forma de lidar com o sofrimento, angústia e estranheza. Escutar o migrante a partir da condição de “sujeito partido” nos leva a considerar uma transferência em movimento, sempre oscilante entre o estranho-familiar, associações em línguas e culturas diferentes, um pertencimento duplo entre a origem e o destino, de um sujeito não fixo, mas intermediário, tentando construir uma continuidade psíquica a partir da ruptura que implicou a migração.

Referências

- Derrida, J. (2003) *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar de hospitalidade*. São Paulo: Escuta.
- Emparan, L. (2023). Contribuciones a la clínica de la migración desde la metáfora del “sujeto partido”. In: Alves, R. J. *Clínica de la migración: abordaje, teoría y técnica*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires; RV Ediciones.
- Ferrero, L. (2019) *La experiencia de migrar: reflexiones psicoanalíticas*. Buenos Aires: Biebel,
- Freud, S. Totem e Tabu. (1913/1980). In: *Obras psicológicas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- O “estranho”. (1919/1980. In: *Obras psicológicas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Grinberg, L e Grinberg, R. (1984). *Psicoanálisis de la migración y del exilio*. Madrid: Alianza Editorial.
- Kaës, R. (1978) *Différence culturelle et souffrances de l'identité*. Paris: Dunod.
- .(1979) *Crisis, Ruptura y superación: introducción al análisis transicional*. Buenos Aires: Cinco.
- .(2011) *Um singular plural: a psicanálise à prova do grupo*. São Paulo: Loyola,
- Hassoun, J. (2023). *Os contrabandistas da memória*. São Paulo: Blucher.
- Maldonato, M. (2004). *Raízes errantes*. São Paulo: SESC São Paulo.
- Pereira, M. L. I. E. M. (2021). *A clínica psicanalítica com migrantes livres e a hipótese do sujeito partido* (Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-24072021-134753/>

COMO CITAR ESSE TEXTO

Emparan, L. (2026). Efeitos psíquicos das migrações: a condição do migrante como “sujeito partido”. *Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia*, v. 12, n.2, 22-39. <https://dx.doi.org/10.59068/24476137sujeitopartido>

RECEBIDO EM: 23/05/2025
APROVADO EM: 16/03/2026

ARTIGO

**OS IMPACTOS DO DIVÓRCIO E DA ALIENAÇÃO
PARENTAL NO DESENVOLVIMENTO
EMOCIONAL INFANTIL:
Contribuições da Psicologia**

<https://dx.doi.org/10.59068/24476137impactododivorcio>



Rayssa Gonçalves Silva
rayssagon58@gmail.com

Graduanda em Psicologia pela Faculdades Integradas da América do Sul –
INTEGRA

Marcella Antunes Sousa Luiz de Oliveira
marcella.antunes@faculdadeintegra.edu.br
<http://lattes.cnpq.br/8827240701615867>

Psicóloga, Especialista em Neuropsicologia e Reabilitação/Estimulação Neuropsicológica Infantil. Professora, Supervisora e Orientadora da Faculdades Integradas da América do Sul (INTEGRA) - Caldas Novas - GO. Mestranda em Processos Cognitivos (UFU)



**Os impactos do divórcio e da alienação parental no
Desenvolvimento emocional infantil:
contribuições da psicologia**

**The impacts of divorce and parental alienation on child emotional
development:
Contributions from psychology**

**Los impactos del divorcio y de la alienación parental en el desarrollo
emocional infantil:
Contribuciones de la psicología**

Resumo

O presente estudo analisou os impactos do divórcio e da alienação parental no desenvolvimento emocional infantil, destacando as contribuições da Psicologia na mediação de conflitos e no suporte ao bem-estar da criança. O divórcio é compreendido como um fenômeno social que implica mudanças significativas na estrutura familiar, enquanto a alienação parental configura-se como a interferência na relação da criança com um dos genitores. A pesquisa teve como objetivo geral analisar os impactos do divórcio e da alienação parental no desenvolvimento emocional infantil, com ênfase nas contribuições da Psicologia para a compreensão e intervenção nessas situações. Especificamente, buscou-se: 1) investigar as principais consequências emocionais vivenciadas por crianças em contextos de separação e alienação parental; 2) compreender os mecanismos psicológicos envolvidos na vivência desses conflitos familiares; e 3) identificar estratégias psicológicas que minimizem os danos emocionais causados por essas rupturas, promovendo o bem-estar e o desenvolvimento saudável da criança. A pesquisa, de caráter qualitativo e bibliográfico, analisou produções científicas, livros e documentos técnicos sobre o tema, visando compreender as consequências emocionais, os mecanismos psicológicos e as estratégias de intervenção. Os resultados indicam que a separação parental, especialmente quando marcada por conflitos, pode gerar sentimentos de insegurança, medo, culpa, baixa autoestima e dificuldades nos vínculos afetivos e sociais. A alienação parental, por sua vez, intensifica esses impactos ao comprometer o vínculo com um dos genitores, configurando-se como uma forma de violência psicológica.

Palavras-chave: Separação Parental. Desenvolvimento Infantil. Alienação Parental. Intervenção Psicológica.

Abstract

The present study analyzed the impacts of divorce and parental alienation on children's emotional development, highlighting the contributions of Psychology in conflict mediation and support for the child's well-being. Divorce is understood as a social phenomenon that entails significant changes in family structure, while parental alienation is characterized as interference in the child's relationship with one of the parents. The general objective of this research was to analyze the impacts of divorce and parental alienation on children's emotional development, emphasizing the contributions of Psychology to understanding and intervening in such situations. Specifically, the study sought to: (1) investigate the main emotional consequences experienced by children in contexts of separation and parental alienation; (2) understand the psychological mechanisms involved in these family conflicts; and (3) identify psychological strategies that minimize the emotional damage caused by these ruptures, promoting the child's well-being and healthy development. This qualitative and bibliographic research analyzed scientific studies, books, and technical documents on the topic, aiming to understand the emotional consequences, psychological mechanisms, and intervention strategies. The results indicate that parental separation, especially when marked by conflict, can generate feelings of insecurity, fear, guilt, low self-esteem, and difficulties in affective and social relationships. Parental alienation, in turn, intensifies these impacts by compromising the child's bond with one of the parents, configuring itself as a form of psychological violence.

Keywords: Parental Separation. Child Development. Parental Alienation. Psychological Intervention.

Resumen

El presente estudio analizó los impactos del divorcio y de la alienación parental en el desarrollo emocional infantil, destacando las contribuciones de la Psicología en la mediación de conflictos y en el apoyo al bienestar del niño. El divorcio se comprende como un fenómeno social que implica cambios significativos en la estructura familiar, mientras que la alienación parental se configura como la interferencia en la relación del niño con uno de sus progenitores. La investigación tuvo como objetivo general analizar los impactos del divorcio y de la alienación parental en el desarrollo emocional infantil, con énfasis en las contribuciones de la Psicología para la comprensión e intervención en estas situaciones. Específicamente, se buscó: 1) investigar las principales consecuencias emocionales vividas por niños en contextos de separación y alienación parental; 2) comprender los mecanismos psicológicos involucrados en la vivencia de estos conflictos familiares; y 3) identificar estrategias psicológicas que minimicen los daños emocionales causados por estas rupturas, promoviendo el bienestar y el desarrollo saludable del niño. La investigación, de carácter cualitativo y bibliográfico, analizó producciones científicas, libros y documentos técnicos sobre el tema, con el fin de comprender las consecuencias emocionales, los mecanismos psicológicos y las estrategias de intervención. Los resultados indican que la separación parental, especialmente cuando está marcada por conflictos, puede generar sentimientos de inseguridad, miedo, culpa, baja autoestima y dificultades en los vínculos afectivos y sociales. La alienación parental, a su vez, intensifica estos impactos al comprometer el vínculo con uno de los progenitores, configurándose como una forma de violencia psicológica.

Palabras clave: Separación Parental. Desarrollo Infantil. Alienación Parental. Intervención Psicológica.

Introdução

O divórcio entre os genitores é um fenômeno social cada vez mais frequente, sendo compreendido como a dissolução legal da união conjugal. Esse processo implica mudanças significativas na estrutura familiar e pode exigir adaptações complexas por parte de todos os envolvidos. Para a criança, o divórcio representa uma ruptura no ambiente familiar que pode influenciar sua percepção de estabilidade e segurança emocional. A Psicologia tem se dedicado a compreender essas dinâmicas, considerando que o acompanhamento adequado pode minimizar os impactos negativos no desenvolvimento emocional e social da criança (Sampaio e Gouveia, 2021).

Nesse contexto, insere-se o conceito de alienação parental, definido como a interferência na relação da criança com um dos genitores, geralmente promovida por outro familiar, com o objetivo de afastá-la afetivamente do familiar alienado, geralmente o pai ou a mãe. Essa prática pode ocorrer de forma consciente ou inconsciente e compromete a formação de vínculos saudáveis, podendo configurar uma forma de violência psicológica (Gardner, 2001; Silva e Honorato, 2024). Reconhecida legalmente por legislações como a Lei nº 12.318/2010, a alienação parental exige atenção por parte de profissionais da Psicologia, do Direito e do Serviço Social, sobretudo quando associada a disputas judiciais pela guarda dos filhos (Rodrigues e Santos, 2021).

O rompimento do laço afetivo com um dos pais compromete o senso de pertencimento e a estabilidade emocional da criança, elementos fundamentais para o seu desenvolvimento saudável. Ainda de acordo com os autores supracitados, alienação parental configura-se como uma forma de violência psicológica que exige atenção e intervenção imediata dos profissionais da área da Psicologia, do Direito e do Serviço Social, a fim de preservar os direitos e o bem-estar emocional da criança (Brito e Costa, 2020).

Nesse sentido, a atuação do psicólogo é fundamental no contexto de separação parental e alienação parental, pois esse profissional desempenha um papel essencial na mediação dos conflitos familiares e no suporte ao desenvolvimento emocional saudável da criança. Ao intervir nesses casos, o psicólogo busca compreender as dinâmicas relacionais e identificar possíveis

impactos negativos no bem-estar infantil (Rodrigues e Santos, 2021). A partir disso, surge a seguinte problemática: como o divórcio e a alienação parental afetam o desenvolvimento emocional infantil? De que forma a Psicologia pode contribuir para o acolhimento e a intervenção junto à criança e à família?

Diante da problemática apresentada, parte-se da hipótese de que o divórcio e a alienação parental afetam negativamente o desenvolvimento emocional infantil, podendo provocar sentimentos como medo, insegurança, rejeição, culpa e baixa autoestima. Presume-se ainda que a atuação da Psicologia, por meio de intervenções clínicas e preventivas, pode auxiliar na mediação de conflitos familiares, no fortalecimento dos vínculos afetivos e na promoção do bem-estar emocional da criança, minimizando os impactos adversos dessas experiências familiares (Santos, 2023).

O objetivo geral do presente estudo é analisar os impactos do divórcio e da alienação parental no desenvolvimento emocional infantil, com ênfase nas contribuições da Psicologia para a compreensão e intervenção nessas situações. Para alcançar esse propósito, propõem-se como objetivos específicos: 1) investigar as principais consequências emocionais vivenciadas por crianças em contextos de separação e alienação parental; 2) compreender os mecanismos psicológicos envolvidos na vivência desses conflitos familiares; 3) identificar estratégias disponíveis aos profissionais psicólogos que minimizem os danos emocionais causados por essas rupturas, promovendo o bem-estar e o desenvolvimento saudável da criança.

A escolha deste tema se justifica pela relevância social e psicológica das questões que envolvem o divórcio e a alienação parental, fenômenos cada vez mais presentes na realidade familiar contemporânea. As crianças expostas a esses contextos tendem a vivenciar intensos conflitos emocionais, que podem comprometer seu desenvolvimento afetivo, social e cognitivo. Ao abordar esse tema, busca-se contribuir para a compreensão dos efeitos dessas vivências na infância e, sobretudo, evidenciar o papel do psicólogo como agente fundamental na mediação de conflitos familiares e no suporte ao bem-estar infantil.

A presente temática também justifica-se pelo interesse em compreender com maior profundidade os impactos emocionais vivenciados por crianças em contextos do divórcio e conflitos familiares. Reconhecemos a importância em desenvolver um olhar sensível e ético diante das dinâmicas familiares que afetam o bem-estar infantil. Acreditamos que estudar essa temática contribuirá significativamente para formação profissional, permitindo-nos atuar de forma mais qualificada em situações que demandem acolhimento, escuta e intervenções direcionadas à proteção da saúde emocional da criança.

Referencial teórico

Divórcio Parental

O divórcio parental é compreendido como a dissolução legal do vínculo conjugal entre os responsáveis legais de uma criança, podendo ocorrer no âmbito do casamento civil, união estável ou outras configurações familiares. Mais do que um processo jurídico, trata-se de um fenômeno social que, ao longo do tempo, passou a ser reconhecido como parte das transformações nas estruturas familiares contemporâneas, refletindo mudanças nos valores sociais, culturais e afetivos da sociedade (Almeida, 2012).

Historicamente, o divórcio foi considerado um tema tabu em muitas culturas, sendo visto como uma violação da sacralidade do matrimônio. Em contextos fortemente marcados pela influência religiosa, o casamento era entendido como uma união indissolúvel, motivo pelo qual a dissolução conjugal era amplamente reprovada e, em diversos países, até mesmo proibida por lei. A Igreja Católica, por exemplo, sempre reforçou o caráter sagrado do casamento, admitindo apenas a anulação em casos específicos, mas não o divórcio como prática legítima.

Um dos episódios históricos mais emblemáticos relacionados à dissolução matrimonial ocorreu na Inglaterra, no século XVI, com o rei Henrique VIII. Desejando anular seu casamento com Catarina de Aragão para se casar com Ana Bolena, Henrique VIII entrou em conflito direto com a Igreja Católica, que se recusou a autorizar a anulação. Esse impasse desencadeou um processo político e religioso profundo: em 1534, por meio do Ato de Supremacia, o monarca fundou a Igreja

Anglicana, rompendo oficialmente com a autoridade do Papa. Embora não tenha instituído o divórcio nos moldes atuais, esse evento é considerado um marco histórico, pois evidencia como as questões matrimoniais, muitas vezes, estiveram intrinsecamente ligadas a disputas de poder, transformações sociais e redefinições institucionais (Meyer, 2018).

Séculos mais tarde, com o avanço dos ideais iluministas e das revoluções sociais, o divórcio passou a ser gradativamente incorporado ao ordenamento jurídico de diferentes países. A França foi pioneira nesse sentido, legalizando o divórcio durante a Revolução Francesa, em 1792, dentro de um contexto de ruptura com valores tradicionais e busca por maior liberdade individual. Posteriormente, países como os Estados Unidos, com legislações variadas conforme os estados desde o século XIX, e a Suécia, com uma postura mais liberal no início do século XX, também passaram a reconhecer o divórcio como um direito civil (Cunha, 2020).

No Brasil, o tema atravessou longos debates até ser finalmente regulamentado em 1977, por meio da Emenda Constitucional nº 9, que alterou o artigo 175 da Constituição de 1967. Até então, só era admitida a separação judicial, sem a dissolução definitiva do vínculo matrimonial, o que impedia os cônjuges de contrair novo casamento. A regulamentação do divórcio representou, portanto, um marco jurídico e cultural, consolidando um importante avanço na legislação brasileira e aproximando o país das tendências internacionais de flexibilização das relações conjugais (Brasil, 1977).

Atualmente, o divórcio é amplamente reconhecido como um direito civil e sua ocorrência está relacionada a múltiplos fatores, como incompatibilidades emocionais, dificuldades financeiras, ausência de diálogo, infidelidade, violência doméstica e transformações no papel social da mulher, que passou a reivindicar maior autonomia nas relações afetivas. Embora represente o fim legal de uma união conjugal, o divórcio parental não extingue a função parental dos ex-cônjuges, que continuam responsáveis pelo cuidado, proteção e desenvolvimento integral dos filhos. Nesse sentido, a literatura psicológica e jurídica tem destacado a importância de preservar o bem-estar da criança, priorizando o exercício saudável da coparentalidade, de forma a minimizar os impactos emocionais decorrentes da dissolução conjugal (Silva e Honorato, 2024).

Assim, ao mesmo tempo em que simboliza uma conquista social e jurídica relacionada à liberdade individual e à autonomia conjugal, o divórcio parental exige também um olhar cuidadoso para os desdobramentos emocionais, especialmente no que se refere ao desenvolvimento infantil. O fenômeno, portanto, deve ser compreendido de maneira multidimensional, articulando aspectos históricos, sociais, legais e psicológicos que atravessam as dinâmicas familiares contemporâneas.

A criança e os conflitos familiares: uma abordagem psicológica do desenvolvimento

A infância é uma fase crucial para a constituição da subjetividade e das estruturas emocionais que acompanharão o sujeito ao longo da vida. O ambiente familiar exerce papel fundamental nesse processo, oferecendo os primeiros vínculos afetivos e modelos de interação social. Quando esse ambiente é marcado por rupturas ou conflitos intensos, como nos casos de separação parental litigiosa, alienação parental ou disputas judiciais, a criança pode vivenciar impactos significativos em seu desenvolvimento emocional e psicológico (Winnicott, 2005).

Segundo Bronfenbrenner (2011), a família está inserida no microsistema da criança, ou seja, é o contexto mais imediato de experiências, onde as interações têm influência direta na formação da identidade e na maneira como o sujeito compreende o mundo. Dentro dessa perspectiva ecológica, conflitos familiares frequentes podem funcionar como fatores estressores crônicos, comprometendo a estabilidade emocional da criança e limitando seu repertório de enfrentamento saudável.

A Teoria do Apego, desenvolvida por Bowlby (1989), também oferece contribuições importantes para a compreensão desses efeitos. De acordo com o autor, a formação de vínculos seguros com as figuras parentais é essencial para que a criança desenvolva segurança emocional, autorregulação e confiança no outro. Em contextos de separação conflituosa ou alienação parental, esses vínculos podem ser comprometidos, gerando sentimentos de insegurança, ambivalência, rejeição ou confusão emocional.

É importante considerar ainda que a criança compreende os acontecimentos à sua volta a partir de seu estágio de desenvolvimento cognitivo e emocional. Segundo Piaget (1998), na fase pré-operatória (aproximadamente entre 2 e 7 anos), a criança tende a interpretar os eventos de maneira egocêntrica, ou seja, acredita que tudo o que acontece ao seu redor tem relação com suas ações ou com sua existência. Nesse sentido, conflitos familiares podem ser interpretados como culpa pessoal, provocando sofrimento psíquico e dificuldades de expressão emocional.

Wallon (2007), por sua vez, destaca que a afetividade é um dos eixos centrais do desenvolvimento infantil, sendo inseparável do processo de aprendizagem e da formação do eu. A instabilidade afetiva vivenciada em ambientes familiares disfuncionais pode gerar quadros de insegurança, ansiedade e prejuízos na construção da autoestima. A criança, muitas vezes, não dispõe de ferramentas simbólicas ou emocionais para compreender e elaborar essas vivências sozinha, necessitando de suporte contínuo do meio.

Além disso, a repetição de experiências familiares negativas pode configurar, segundo Winnicott (2005), uma falha ambiental. O autor afirma que, para que o desenvolvimento emocional saudável aconteça, a criança precisa sentir-se sustentada e acolhida por um ambiente suficientemente bom. Quando a presença dos cuidadores é instável, negligente ou conflituosa, há uma ruptura nesse espaço de acolhimento, afetando diretamente a capacidade da criança de simbolizar, confiar e se expressar.

Os impactos desses conflitos podem se manifestar de maneiras distintas, a depender da idade, da personalidade da criança e da qualidade do suporte emocional recebido. Embora este trabalho não aborde os efeitos clínicos ou sintomas específicos neste capítulo, é importante reforçar que a literatura aponta a relação entre contextos familiares disfuncionais e dificuldades no processo de socialização, na sustentação emocional e no desempenho escolar (Winnicott, 2005).

Teorias sobre o divórcio e a alienação parental

A alienação parental é um fenômeno psicológico e jurídico que ocorre, geralmente, em contextos de separação ou divórcio conflituoso, caracterizando-se por ações de um dos genitores (ou familiares próximos) que buscam afastar a criança do outro responsável legal, comprometendo o vínculo afetivo e distorcendo sua percepção sobre ele. Trata-se de uma interferência sistemática na formação da imagem que a criança possui do genitor alienado, muitas vezes gerando impactos emocionais profundos e duradouros (Gardner, 2001; Costa, 2021).

O termo “Síndrome da Alienação Parental” (SAP) foi cunhado inicialmente pelo psiquiatra norte-americano Richard Gardner, nos anos 1980, a partir da observação clínica de comportamentos infantis recorrentes em disputas judiciais de guarda. Segundo Gardner (2001), a SAP envolvia a combinação de manipulação direta pelo genitor alienador e da resistência injustificada da criança em manter contato com o outro responsável. Embora a síndrome em si tenha gerado, na época, controvérsias na comunidade científica, o conceito de alienação parental se consolidou enquanto prática observável e reconhecida tanto no campo jurídico quanto psicológico (Cunha e Sousa, 2022).

No Brasil, a Lei nº 12.318/2010 dispõe sobre a alienação parental, definindo-a como “a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este”. A lei prevê medidas de prevenção, identificação e correção de condutas alienadoras, inclusive com a possibilidade de alteração da guarda (Brasil, 2010).

Entretanto, desde 2023 têm ocorrido movimentos legislativos e sociais para a revogação integral da referida lei, sob o argumento de que sua aplicação pode gerar prejuízos a genitores injustamente acusados. No Senado Federal, o Projeto de Lei nº 1.372/2023, de autoria do senador Magno Malta (PL-ES), já foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos e aguarda análise na Comissão de Assuntos Sociais.

A revogação da lei conta com apoio de órgãos como o Conselho Nacional de Direitos Humanos, o Conselho Nacional de Saúde, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, além de especialistas da Organização das Nações Unidas (ONU), que defendem a revisão do marco legal à luz de novos estudos e práticas jurídicas (Brasil, 2023; Senado Federal, 2024).

A identificação da alienação parental requer uma análise cuidadosa do contexto familiar e comportamental da criança. Entre os sinais mais frequentes estão: a recusa injustificada de contato com um dos genitores, o uso de argumentos que parecem não condizer com a idade da criança, a idealização do genitor alienador e a ausência de ambivalência emocional. Psicólogos jurídicos e assistentes sociais, nesses casos, são chamados para avaliação técnica, entrevistas familiares e laudos periciais que embasem a tomada de decisão judicial (Martins e Nascimento, 2020).

É importante distinguir casos de alienação parental de situações reais de abuso ou negligência, nas quais a rejeição por parte da criança é justificada. A atuação ética e técnica dos profissionais da psicologia é essencial para essa diferenciação, garantindo que a escuta da criança não seja contaminada por discursos adultos ou interesses judiciais (CFP, 2021^{a.b.c}).

Método

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter exploratório e bibliográfico. Essa escolha metodológica fundamenta-se na intenção de compreender os aspectos subjetivos e psicossociais relacionados aos impactos emocionais da separação e da alienação parental no desenvolvimento infantil, a partir da análise crítica de produções científicas, livros e documentos técnicos da área da Psicologia. Conforme Gil (2019), a pesquisa bibliográfica consiste na análise de materiais já publicados e é adequada quando se busca aprofundar o conhecimento sobre determinada temática, identificar lacunas teóricas e reunir contribuições relevantes para a área de estudo.

Para a construção do referencial teórico, foi realizado um levantamento sistemático de publicações entre os anos de 2012 e 2024, priorizando materiais recentes e relevantes à temática proposta. As buscas ocorreram em bases de dados científicas reconhecidas, como a Scientific Electronic Library Online (SciELO), a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), o Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC), o Google Acadêmico, o LILACS e o Portal de Periódicos da CAPES. Utilizaram-se como descritores as expressões “separação parental”, “desenvolvimento infantil”, “intervenção psicológica” e “alienação parental”.

O processo de seleção dos materiais seguiu critérios rigorosos de inclusão e exclusão. Foram incluídos artigos, livros e documentos técnicos que abordassem a temática da separação e da alienação parental sob a perspectiva psicológica, enfatizando os impactos emocionais e o desenvolvimento infantil. Também foram considerados estudos que discutissem estratégias de intervenção psicológica e práticas profissionais em contextos familiares marcados por conflitos. Como critério temporal, priorizaram-se produções publicadas entre 2012 e 2024, sendo admitidas obras clássicas da Psicologia, como as de Bowlby (1989), Piaget (1998), Winnicott (2005) e Wallon (2007), por sua relevância teórica e contribuição histórica para a compreensão do desenvolvimento infantil.

Foram excluídos da análise os materiais que tratavam da separação conjugal sem enfoque no impacto sobre as crianças, estudos voltados exclusivamente para o campo jurídico, textos opinativos ou sem embasamento científico, e publicações que não apresentavam relação direta com o objeto de estudo. Após a aplicação desses critérios, foram selecionados 24 artigos científicos, 8 livros e 3 documentos técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2021^{a,b,c}), totalizando 35 referências que subsidiaram a construção da análise teórica deste trabalho.

A análise dos dados foi conduzida a partir da leitura crítica e interpretativa dos materiais selecionados, seguindo os princípios da análise de conteúdo propostos por Bardin (2016). Essa técnica permite identificar, classificar e interpretar categorias temáticas emergentes dos textos, possibilitando a compreensão dos significados e das relações presentes nos discursos científicos sobre o tema.

Assim, foram delimitadas três categorias principais: os impactos emocionais da separação parental na infância, as consequências psicológicas da alienação parental e o papel do psicólogo na mediação e intervenção desses conflitos familiares.

Optou-se por não realizar coleta de dados empíricos com sujeitos, uma vez que o objetivo do estudo é aprofundar a compreensão teórica do fenômeno, oferecendo subsídios para futuras investigações e práticas profissionais. Essa decisão também respeita os limites éticos da pesquisa envolvendo crianças e famílias em situação de vulnerabilidade, conforme estabelece a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que orienta as diretrizes para pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais.

Dessa forma, esta metodologia assegura a consistência teórica e a validade científica da pesquisa, possibilitando a construção de uma análise crítica e fundamentada sobre os efeitos da separação e da alienação parental no desenvolvimento emocional infantil, bem como sobre o papel da Psicologia na promoção do bem-estar e da proteção de crianças e famílias. A sistematização dos materiais analisados e das categorias emergentes será apresentada na seção de resultados e discussões.

Resultados e discussão

Do ponto de vista emocional, o processo de separação dos pais pode representar um evento potencialmente estressor para a criança, por provocar alterações em sua rotina, vínculos e percepção de segurança afetiva. A literatura aponta que, diante dessa ruptura, a criança pode experimentar sentimentos ambivalentes, dificuldades na elaboração das mudanças familiares e desafios para compreender o novo arranjo relacional que se estabelece entre os pais. Nesse sentido, a ausência de suporte emocional adequado durante esse processo pode interferir no desenvolvimento saudável da criança, gerando impactos em sua autoestima, no vínculo parental e nas relações sociais que estabelece ao longo do tempo (Duo *et al.*, 2024).

A alienação parental, por sua vez, é um fenômeno que pode intensificar os efeitos emocionais da separação conjugal, promovendo consequências graves no desenvolvimento psicológico da criança. Trata-se de uma prática em que um dos genitores, de forma consciente ou inconsciente, influencia negativamente a percepção da criança em relação ao outro responsável, promovendo rejeição, medo ou desvalorização. Essa dinâmica compromete o vínculo afetivo da criança com o genitor alienado, podendo gerar sentimentos de culpa, confusão emocional, insegurança e baixa autoestima (Silva e Honorato, 2024).

As reações das crianças diante da separação parental variam conforme a faixa etária, o estágio do desenvolvimento psicológico e a qualidade do vínculo estabelecido com cada um dos genitores. Em crianças menores, especialmente em idade pré-escolar, é comum a ocorrência de comportamentos regressivos, como enurese noturna, alterações no sono, no apetite e necessidade aumentada de proximidade com os cuidadores. Já em adolescentes, podem emergir reações mais complexas, como isolamento social, comportamentos agressivos, queda no rendimento escolar e sentimentos de rejeição (Santos, 2023). Tais manifestações representam tentativas de adaptação diante de um contexto que lhes parece instável e ameaçador, evidenciando a necessidade de escuta qualificada e suporte emocional contínuo (Santos, 2023).

A qualidade da coparentalidade – conceito que diz respeito à forma como os pais compartilham responsabilidades e decisões referentes aos filhos, independentemente da relação conjugal – é um dos principais fatores preditivos de adaptação infantil em contextos de separação. Quando há cooperação, comunicação eficaz e respeito entre os ex-parceiros, observa-se uma redução significativa dos efeitos negativos da separação na saúde mental da criança (Silva e Costa, 2022).

Por outro lado, de acordo com os autores supracitados, ambientes marcados por litígios constantes, alienação parental e negligência afetiva tendem a gerar consequências negativas, como baixa autoestima, dificuldades interpessoais e comportamentos disfuncionais. Assim, investir em estratégias que promovam uma coparentalidade positiva é essencial para garantir o desenvolvimento emocional saudável da criança.

A dissolução do vínculo entre os pais costuma vir acompanhada de sentimentos intensos por parte dos filhos, como medo, insegurança, tristeza e confusão quanto às mudanças em sua rotina afetiva e convivência familiar. Quando essa ruptura ocorre de forma conflituosa e desestruturada, os danos à saúde emocional infantil podem ser ainda mais expressivos, gerando quadros de sofrimento psíquico que, se não acolhidos adequadamente, tendem a se cronificar (Aquino e Sartori, 2024).

Além dos fatores intrafamiliares, o suporte social exerce um papel de proteção fundamental durante o processo de separação parental. A presença de uma rede de apoio composta por familiares, amigos, educadores e profissionais da saúde mental pode oferecer estabilidade emocional e suporte prático às crianças em momentos de crise. Programas de intervenção psicossocial com crianças em situação de separação parental têm demonstrado eficácia ao proporcionar espaços seguros para expressão emocional, uso de recursos lúdicos e fortalecimento de vínculos com figuras significativas. Tais ações auxiliam na ressignificação da experiência de separação e na construção de estratégias de enfrentamento mais saudáveis (Oliveira e Mendes, 2021).

Por fim, destaca-se a importância da atuação do psicólogo frente aos impactos da separação parental. O profissional deve estar capacitado para acolher as demandas emocionais da criança e da família, realizando intervenções que promovam a escuta ativa, o fortalecimento dos vínculos afetivos e a mediação de conflitos quando necessário. A psicologia, enquanto ciência comprometida com o bem-estar humano, oferece instrumentos técnicos e teóricos que possibilitam uma compreensão ampla das repercussões da separação no desenvolvimento infantil. Dessa forma, o psicólogo pode contribuir para a minimização dos danos emocionais e a promoção da saúde mental das crianças em situações de ruptura familiar (Ferreira e Almeida, 2020).

A família é o primeiro núcleo de pertencimento da criança e constitui o espaço primário de socialização, proteção e formação da subjetividade. Quando esse ambiente é atravessado por conflitos intensos, especialmente aqueles decorrentes da separação parental, há um impacto direto no desenvolvimento emocional e comportamental da criança.

Os conflitos familiares constantes desestabilizam a noção de segurança emocional, comprometendo vínculos afetivos essenciais e gerando sentimentos como medo, culpa e desamparo (Neves e Cardoso, 2022). A criança, por estar em processo de construção psíquica, tende a interpretar essas situações de maneira egocêntrica, assumindo a responsabilidade pelas rupturas ou disputas entre os pais, o que pode levar ao desenvolvimento de sintomas psicossomáticos e transtornos emocionais se não houver suporte adequado (Silva *et al.*, 2021).

Do ponto de vista da psicologia do desenvolvimento, a criança ainda está elaborando conceitos como permanência, estabilidade emocional e previsibilidade nas relações. Por isso, a vivência de conflitos intensos entre os pais pode ser interpretada como uma ameaça direta à sua existência e aos vínculos que a sustentam. Segundo Bowlby (1989), a quebra da previsibilidade nos cuidados parentais fragiliza o apego seguro, levando a sentimentos de abandono e insegurança. Quando a criança testemunha brigas constantes, acusações ou desvalorização de um dos genitores, sua capacidade emocional é comprometida, pois ela ainda não possui os recursos internos suficientes para lidar com estressores dessa magnitude (Moretti e Barreto, 2023). É nesse contexto que se observa a importância da mediação psicológica, tanto individual quanto familiar, para ressignificar experiências dolorosas e favorecer a reconstrução dos vínculos.

Outro aspecto fundamental a ser considerado é o lugar simbólico que a criança ocupa nos conflitos parentais. Em muitos casos, os filhos são inseridos em disputas de lealdade, sendo pressionados a escolher um dos lados ou sendo utilizados como “instrumentos” de vingança emocional entre os pais. Essa prática, muitas vezes sutil, é conhecida como alienação parental e pode gerar sérias consequências no desenvolvimento psíquico, como confusão de identidade, prejuízos na construção da autoestima e dificuldades de confiar em figuras de autoridade (Trindade e Gomes, 2022). A criança, ao ser colocada nesse lugar de mediação dos conflitos adultos, experimenta um sofrimento que vai além do visível, impactando suas relações futuras e sua percepção sobre o amor, o cuidado e a confiança interpessoal (Martins e Oliveira, 2021).

As reações da criança frente aos conflitos familiares também variam de acordo com sua idade, temperamento e recursos internos. Crianças pequenas tendem a reagir com comportamentos regressivos, como enurese noturna, medo de separação ou comportamentos agressivos, enquanto adolescentes podem apresentar isolamento, desmotivação escolar e comportamentos de risco (Fonseca *et al.*, 2022). Essas manifestações devem ser compreendidas como formas de expressão simbólica do sofrimento psíquico, e não como simples “problemas de comportamento”. Nesse sentido, a escuta qualificada por parte de profissionais da psicologia torna-se essencial para acessar os significados subjetivos atribuídos pela criança ao conflito vivido e para intervir de forma ética e sensível.

A compreensão psicológica desses conflitos demanda um olhar multidimensional, que considere os aspectos emocionais, sociais e culturais envolvidos. A forma como os pais lidam com seus próprios conflitos, sua capacidade de autorreflexão e o grau de envolvimento afetivo com os filhos são fatores decisivos para a maneira como a criança vivenciará a separação ou os embates familiares (Cunha e Matos, 2020). Além disso, o suporte oferecido por outros membros da família, instituições escolares e profissionais da rede de proteção pode funcionar como fator de proteção, amenizando os impactos negativos. Programas de intervenção psicossocial, que envolvem atendimento psicológico, oficinas lúdicas e espaços de escuta coletiva, têm mostrado eficácia na reconstrução da autoestima infantil e na promoção da resiliência em contextos de crise familiar (Nascimento e Ribeiro, 2023).

Portanto, é preciso reconhecer que a atuação do psicólogo frente aos conflitos familiares deve estar centrada no melhor interesse da criança. Isso implica compreender sua linguagem simbólica, acolher suas angústias, oferecer recursos de expressão e garantir que sua voz seja considerada nas decisões que dizem respeito à sua vida. A psicologia, enquanto ciência comprometida com o bem-estar e a dignidade humana, tem o papel de mediar esses processos com ética e sensibilidade, visando sempre a reconstrução de vínculos afetivos saudáveis e a promoção do desenvolvimento emocional integral (Conselho Federal de Psicologia, 2021; Ferreira *et al.*, 2022).

Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo analisar os impactos do divórcio e da alienação parental no desenvolvimento emocional infantil, destacando as contribuições da Psicologia nesse contexto. Partiu-se da problemática: como o divórcio e a alienação parental afetam o desenvolvimento emocional da criança? De que forma a Psicologia pode contribuir para o acolhimento e a intervenção junto à criança e à família? A hipótese levantada considerou que tais fenômenos podem afetar negativamente a saúde emocional infantil, gerando sentimentos de medo, insegurança, rejeição e baixa autoestima, mas que a Psicologia, por meio de estratégias de mediação e suporte clínico-preventivo, pode auxiliar na minimização desses efeitos.

Ao longo da pesquisa, constatou-se que o divórcio parental, embora represente um avanço jurídico e social no reconhecimento da autonomia conjugal, gera consequências emocionais relevantes quando não é conduzido de forma saudável. A literatura evidencia que as crianças tendem a interpretar a separação dos pais como uma ameaça à sua estabilidade afetiva, o que pode comprometer a construção de vínculos seguros e o processo de socialização. Da mesma forma, verificou-se que a alienação parental, ao interferir diretamente na relação da criança com um dos genitores, intensifica os danos emocionais, configurando-se como forma de violência psicológica.

No que diz respeito aos objetivos específicos, observou-se que: (1) as principais consequências emocionais para a criança incluem sentimentos de insegurança, ambivalência, regressões comportamentais e dificuldades de autoestima; (2) os mecanismos psicológicos envolvidos estão relacionados à quebra do apego seguro, à falha ambiental e à interpretação egocêntrica dos conflitos, conforme apontam teóricos como Bowlby, Winnicott, Piaget e Wallon; (3) as estratégias de atuação psicológica mais eficazes incluem a mediação de conflitos familiares, a psicoeducação, a escuta qualificada da criança e o fortalecimento da coparentalidade positiva.

Dessa forma, confirma-se a hipótese inicial de que o divórcio, quando vivido de forma conflituosa, e sobretudo o fenômeno da alienação parental, podem comprometer o desenvolvimento emocional infantil. Contudo, a Psicologia desempenha papel essencial na proteção da criança, oferecendo suporte tanto em nível individual quanto sociofamiliar, e promovendo condições para que os vínculos afetivos sejam preservados e reconstruídos.

Conclui-se, portanto, que a atuação do psicólogo é indispensável na mediação de conflitos familiares e no cuidado com o bem-estar infantojuvenil. Mais do que um campo de intervenção, trata-se de um compromisso ético e social com a promoção da saúde mental da criança e do adolescente, assegurando que eles possam atravessar os desafios decorrentes da separação parental de forma menos dolorosa e mais resiliente.

Referencias

- Almeida, R. A. B. (2012). *Famílias contemporâneas: desafios e possibilidades*. Cortez.
- Aquino, J. T. de, & Sartori, C. M. T. D. (2024). As consequências e os impactos emocionais da separação do par conjugal para a criança. *Cadernos de Psicologia*, 6(10), 798–820. <https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/cadernospsicologia/article/view/4107>
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Brasil. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. (2022). *Manual de atuação em casos de violência contra crianças e adolescentes para profissionais da rede de proteção*. MMFDH. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/manual-de-atuacao-em-casos-de-violencia-contra-criancas-e-adolescentes.pdf>
- Brasil. (1977). *Emenda Constitucional nº 9, de 28 de junho de 1977*. Diário Oficial da União.
- Bowlby, J. (1989). *Apego: a natureza do vínculo*. Martins Fontes.
- Bronfenbrenner, U. (2011). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Artmed.
- Brito, M. F., & Costa, N. R. (2020). Alienação parental: implicações psicológicas e jurídicas no desenvolvimento infantil. *Psicologia e Sociedade*, 32(3), 1–12. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32n3e234789>
- Conselho Federal de Psicologia. (2021a). *Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) em varas de família*. CFP.
- Conselho Federal de Psicologia. (2021b). *Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) no sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente*. CFP.
- Conselho Federal de Psicologia. (2021c). *Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) com crianças e adolescentes em situação de violência*. CFP. <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2021/10/referencias-tecnicas-criancas-adolescentes-violencia.pdf>
- Costa, E. P. (2021). *Alienação parental: aspectos jurídicos e psicológicos* (3ª ed.). Atlas.
- Cunha, M. R., & Sousa, A. P. (2022). Alienação parental e os desafios na atuação interdisciplinar. *Revista Psicologia, Direito e Sociedade*, 12(1), 65–82.

- Cunha, R. P., & Matos, L. M. (2020). Dinâmicas familiares e suas repercussões na infância: contribuições da psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 32(2), 80–91.
- Duo, K. de S., et al. (2024). Impacto da separação parental na saúde mental das crianças. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 10(12), 564–571. <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/16875>
- Ferreira, T. L., & Almeida, V. C. (2020). A atuação do psicólogo frente aos impactos da separação parental no desenvolvimento infantil. *Psicologia em Estudo*, 25(4), 123–134. <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/rGbh5TrpxVKWqknLcMsZ3Yk/>
- Ferreira, R. A., Oliveira, T. L., & Silva, B. M. (2022). A criança como sujeito de direitos em processos de ruptura familiar. *Cadernos de Psicologia Social*, 29(1), 122–137.
- Fonseca, L. H., Martins, V. C., & Andrade, M. S. (2022). Comportamentos infantis frente à separação parental: análise clínica e educativa. *Revista Brasileira de Psicologia*, 18(3), 45–59.
- Gil, A. C. (2019). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (7ª ed.). Atlas.
- Martins, R. C., & Oliveira, S. D. (2021). Alienação parental e suas implicações no desenvolvimento infantil. *Psicologia e Políticas Públicas*, 9(1), 101–114.
- Martins, D. L., & Nascimento, R. C. (2020). A perícia psicológica e os desafios na identificação da alienação parental. *Revista Brasileira de Psicologia Jurídica*, 4(2), 33–49.
- Moretti, M. T., & Barreto, J. C. (2023). Conflitos familiares e regulação emocional em crianças: uma revisão integrativa. *Psicologia e Sociedade*, 35(1), e23045.
- Nascimento, A. P., & Ribeiro, F. T. (2023). Intervenções psicossociais em contextos de crise familiar: práticas e resultados. *Cadernos de Terapia Familiar*, 28(2), 200–219.
- Neves, M. L., & Cardoso, A. F. (2022). Impactos emocionais da separação dos pais na infância. *Revista Estudos em Psicologia*, 39(4), 201–215.
- Oliveira, M. S., & Mendes, F. R. (2021). Redes de apoio e adaptação infantil após a separação dos pais. *Estudos de Psicologia*, 38(3), 300–310. <https://www.scielo.br/j/asoc/a/BxDVLkfcGQLGXVwnHp63HMH/>
- Piaget, J. (1998). *O julgamento moral na criança* (3ª ed.). Summus.
- Rodrigues, J. F., & Santos, L. G. dos. (2021). A atuação do psicólogo frente à alienação parental: uma análise da escuta da criança e do adolescente. *Psicologia em Estudo*, 26, 1–11. <https://www.scielo.br/j/pee/a/xbfx8WVMzjc58rYsm9FQr9f/>
- Santos, L. F. (2023). Reações emocionais de crianças frente à separação dos pais: uma análise por faixa etária. *Revista Brasileira de Psicologia Infantil*, 12(2), 45–60. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672020000100005
- Sampaio, I., & Gouveia, V. V. (2021). Relações familiares e desenvolvimento infantil: perspectivas contemporâneas. *Psicologia em Estudo*, 26, e52978.
- Silva, R. M., & Costa, A. P. (2022). Coparentalidade e bem-estar infantil no contexto do divórcio: uma revisão sistemática. *Psicologia: Teoria e Prática*, 24(1), 1–15. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872022000100008
- Silva, T. A. da, & Honorato, L. G. F. (2024). Impactos psicológicos da alienação parental no desenvolvimento infantil. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 10(12), 883–894. <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/17310>
- Silva, A. G., Costa, D. H., & Almeida, M. R. (2021). Consequências psicológicas da separação conjugal nos filhos: um estudo qualitativo. *Psicologia em Foco*, 27(3), 75–89.
- Trindade, J. B., & Gomes, C. A. (2022). Crianças em meio à disputa: implicações da alienação parental. *Revista de Psicologia Jurídica*, 12(1), 58–71.
- Wallon, H. (2007). *A evolução psicológica da criança*. Martins Fontes.
- Winnicott, D. W. (2005). *O brincar e a realidade*. Imago.

COMO CITAR ESSE TEXTO

Silva, R.G.; Oliveira, M.A.S.L., S.M. (2026). Os impactos do divórcio e da alienação parental no desenvolvimento emocional infantil: contribuições da Psicologia. *Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia*, v. 12, n.2, 40-61
<https://dx.doi.org/10.59068/24476137impactododivorcio>

RECEBIDO EM: 12/12/2025
APROVADO EM: 15/05/2026

ARTIGO

TRANSTORNADOS DA TERRA: Saúde mental, racismo e subjetividade na juventude negra

<https://dx.doi.org/10.59068/24476137transtornadosdaterra>



Imagem: Pexels

Andréia Alves Teixeira

andreiaalves@usp.br

<http://lattes.cnpq.br/4733221028040567>

Psicóloga clínica e escolar. Pedagoga. Psicanalista. Mestranda em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo - IPUSP.

**Transtornados da Terra:
saúde mental, racismo e subjetividade na juventude negra**

**Disturbed Subjects of the Earth:
mental health, racism, and subjectivity in Black youth**

**Trastornados de la Tierra:
salud mental, racismo y subjetividad en la juventud negra**

Resumo

Este artigo discute a relação entre saúde mental e racismo estrutural, problematizando a compreensão dos transtornos de humor e de personalidade na juventude negra. Trata-se de um estudo teórico de caráter crítico, fundamentado em autores como Frantz Fanon, Neusa Santos Souza, Sueli Carneiro, Grada Kilomba e Cida Bento. Argumenta-se que o sofrimento psíquico da população negra é frequentemente individualizado e patologizado, desconsiderando seus determinantes históricos, sociais e raciais. Ao articular clínica e política, o texto propõe a construção de uma escuta antirracista e descolonizada, capaz de reconhecer a historicidade do sofrimento e contribuir para processos de reparação subjetiva.

Palavras-chave: saúde mental; racismo estrutural; subjetividade; juventude negra; clínica antirracista.

Abstract

This article discusses the relationship between mental health and structural racism, problematizing the understanding of mood and personality disorders among Black youth. It is a theoretical study of a critical nature, grounded in authors such as Frantz Fanon, Neusa Santos Souza, Sueli Carneiro, Grada Kilomba, and Cida Bento. It argues that the psychological suffering of the Black population is often individualized and pathologized, disregarding its historical, social, and racial determinants. By articulating clinical practice and politics, the text proposes the construction of an anti-racist and decolonized listening, capable of recognizing the historicity of suffering and contributing to processes of subjective reparation.

Keywords: mental health; structural racism; subjectivity; black youth; anti-racist clinical practice.

Resumen

Este artículo discute la relación entre salud mental y racismo estructural, problematizando la comprensión de los trastornos del estado de ánimo y de la personalidad en la juventud negra. Se trata de un estudio teórico de carácter crítico, fundamentado en autores como Frantz Fanon, Neusa Santos Souza, Sueli Carneiro, Grada Kilomba y Cida Bento. Se argumenta que el sufrimiento psíquico de la población negra es frecuentemente individualizado y patologizado, desconsiderando sus determinantes históricos, sociales y raciales. Al articular clínica y política, el texto propone la construcción de una escucha antirracista y descolonizada, capaz de reconocer la historicidad del sufrimiento y contribuir a procesos de reparación subjetiva.

Palabras clave: salud mental; racismo estructural; subjetividad; juventud negra; clínica antirracista.

Introdução

O título deste artigo, *Transtornados da Terra*, constitui uma paráfrase da obra *Os condenados da terra*, de Frantz Fanon (2022), estabelecendo desde o início um diálogo com a tradição crítica que compreende o sofrimento psíquico como inseparável das condições históricas e políticas de existência. A escolha não é apenas estilística, mas teórica e ética: trata-se de deslocar o olhar sobre os chamados “transtornos” para interrogá-los à luz das relações de poder, da colonialidade e do racismo estrutural.

Este artigo tem origem em reflexões elaboradas para uma fala apresentada no congresso online *Deseclipsando Mentes Summit*, promovido pelo coletivo *Clã da Negritude*, na plataforma do YouTube¹. Inicialmente concebido como um ensaio teórico-crítico sobre saúde mental, racismo e juventude negra, o texto foi posteriormente ampliado e desenvolvido em formato de artigo científico, mantendo como eixo central a problematização dos atravessamentos raciais na produção do sofrimento psíquico.

Quando falamos em transtornos de humor e de personalidade, estamos nos referindo, tradicionalmente, a categorias diagnósticas que descrevem alterações no modo de sentir, pensar e agir. No entanto, essas classificações, amplamente difundidas por manuais como o *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*, 5^o edição, (DSM-5), tendem a privilegiar uma leitura individualizante do sofrimento, frequentemente desconsiderando os contextos sociais e históricos que o produzem, o que limita a compreensão da complexidade do sofrimento psíquico em sociedades marcadas por desigualdades estruturais.

Objetivos

Este artigo tem como objetivo problematizar a compreensão dos transtornos de humor e de personalidade na juventude negra, analisando como o sofrimento psíquico é atravessado pelo racismo estrutural e pelas heranças coloniais.

¹ <https://cladanegritude.com.br/cla-da-negritude/>

Método

Trata-se de um estudo teórico de caráter crítico, baseado em revisão bibliográfica de autores do campo da psicologia, da psicanálise e dos estudos raciais. A análise se orienta pela articulação entre clínica e política, considerando o sofrimento psíquico em sua dimensão histórica, social e racial.

A seleção bibliográfica foi construída a partir de leituras previamente desenvolvidas pela autora no campo da saúde mental, da psicanálise, da psicologia e dos campos étnico-raciais críticos, articuladas posteriormente ao processo de elaboração deste artigo. Foram priorizadas obras e produções teóricas relacionadas às temáticas do racismo estrutural, subjetividade, sofrimento psíquico, colonialidade, juventude negra e clínica antirracista, considerando autoras e autores de referência no contextos brasileiro e latino-americano.

A articulação entre esses referenciais buscou favorecer uma leitura interdisciplinar do sofrimento psíquico da juventude negra, compreendendo-o para além de abordagens individualizantes e psicopatologizantes. Não se trata de uma revisão sistemática ou integrativa da literatura, mas de um estudo teórico-crítico orientado pela interlocução entre autores considerados fundamentais para a discussão proposta.

Discussão

Transtornos de humor e personalidade: limites da abordagem clínica tradicional

De acordo com o DSM-5, os transtornos de humor incluem, entre outros, os transtornos depressivos e os transtornos bipolares, caracterizados por alterações significativas e duradouras do estado emocional. Já os transtornos de personalidade dizem respeito a padrões persistentes de funcionamento psíquico, marcados por rigidez e prejuízos nas relações e na adaptação social.

Essas categorias diagnósticas desempenham papel importante na organização do cuidado em saúde mental. No entanto, ao se concentrarem nos sintomas e no funcionamento individual, tendem a desconsiderar os determinantes sociais do sofrimento. Assim, experiências profundamente marcadas por desigualdades estruturais podem ser interpretadas como disfunções internas, descontextualizando a dor vivida pelos sujeitos.

Essa limitação se torna particularmente evidente quando se analisa a saúde mental da população negra, cujas experiências são atravessadas por violências históricas e contemporâneas que não podem ser reduzidas a questões individuais.

Além disso, é importante reconhecer que os sistemas diagnósticos não são neutros nem universais, mas construções históricas atravessadas por concepções específicas de normalidade, saúde e subjetividade. A universalização de categorias produzidas em contextos ocidentais pode contribuir para a medicalização de sofrimentos socialmente produzidos, especialmente quando experiências marcadas por racismo, violência e exclusão são interpretadas apenas como disfunções individuais. Nesse sentido, a crítica não se dirige à existência dos diagnósticos em si, mas à descontextualização histórica e política do sofrimento psíquico.

Sofrimento psíquico e racialidade

Dados do Ministério da Saúde indicam que o risco de suicídio entre jovens negros no Brasil é significativamente maior do que entre jovens brancos, alcançando índices até 45% maiores em determinadas faixas etárias (Brasil, 2018). Smolen et al. (2017) apontam também maior prevalência de transtornos mentais comuns na população negra. Esses dados não podem ser compreendidos fora do contexto das desigualdades raciais que estruturam a sociedade brasileira. O sofrimento psíquico, nesse sentido, não é apenas uma experiência individual, mas um fenômeno socialmente produzido.

Não é por acaso que a maioria dos adolescentes privados de liberdade em São Paulo e no Brasil seja composta por jovens negros (Brasil, 2025; São Paulo, 2026), nem que a população negra figure como maioria entre as vítimas de mortes violentas de jovens no país (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025). Esses dados evidenciam como o racismo estrutural atravessa as trajetórias da juventude negra, produzindo condições materiais e subjetivas marcadas pela violência, pela exclusão e pela precarização da vida.

Como argumenta Sueli Carneiro (2023), o racismo opera como uma tecnologia de poder que produz desigualdades, deslegitima saberes e adocece corpos. Assim, compreender a saúde mental da população negra exige considerar os efeitos subjetivos das violências raciais, que se manifestam tanto em dimensões materiais quanto simbólicas.

No contexto da juventude negra, a escola também pode se constituir como espaço de reprodução de violências raciais e silenciamentos subjetivos. Jovens negros frequentemente vivenciam processos de estigmatização, hipervigilância e deslegitimação de suas experiências, sendo associados à indisciplina, à agressividade ou ao fracasso escolar.

A discussão sobre saúde mental da juventude negra também exige atenção às experiências vividas no sistema socioeducativo, marcado pela seletividade racial e pela criminalização de corpos negros. A presença massiva de adolescentes negros em medidas socioeducativas evidencia como o racismo estrutural atravessa os mecanismos de controle institucional, produzindo trajetórias marcadas pela vigilância, pela punição e pela desumanização. Esses processos não apenas expressam desigualdades sociais, mas também produzem efeitos subjetivos importantes, relacionados ao medo, à exclusão e à fragilização do reconhecimento de si (Almeida, 2024; Almeida & Sá, 2023).

Essas dinâmicas produzem efeitos importantes sobre a autoestima, o pertencimento e a constituição subjetiva, contribuindo para formas de sofrimento que não podem ser compreendidas apenas em termos individuais. Nesse sentido, pensar a saúde mental da juventude negra exige considerar também os efeitos psicossociais das instituições e das práticas que atravessam seus processos de escolarização e reconhecimento social.

Colonialidade, subjetividade e sofrimento

A constituição da subjetividade na sociedade brasileira é profundamente marcada pela herança colonial. Como aponta Lia Vainer Schucman (2020), a branquitude se estabelece como norma de humanidade, produzindo hierarquias raciais que atravessam todas as esferas da vida.

Nesse contexto, o sofrimento psíquico da população negra não pode ser compreendido como expressão de fragilidade individual, mas como efeito de um sistema que nega reconhecimento e produz desumanização. Frantz Fanon (2008) já indicava que a interiorização do olhar branco gera fraturas profundas na identidade do sujeito negro, que se vê compelido a se afastar de si para ser reconhecido como humano.

Cida Bento (2022) contribui para essa análise ao discutir o “pacto narcísico da branquitude”, mecanismo que sustenta a negação do racismo e a desresponsabilização dos sujeitos brancos. Esse pacto opera na manutenção das desigualdades e na invisibilização das violências raciais, dificultando o reconhecimento do sofrimento que delas decorre.

Patologização do corpo negro

A leitura individualizante do sofrimento psíquico contribui para a patologização das experiências da população negra. Afetos como insegurança, medo ou baixa autoestima são frequentemente interpretados como disfunções internas, ignorando-se que podem ser respostas a contextos de exclusão e violência.

Neusa Santos Souza (2021) destaca que o processo de subjetivação do sujeito negro é atravessado por uma dor que não nasce do íntimo, mas da exclusão social. A imposição do ideal de branquitude como modelo de humanidade produz um conflito identitário que pode gerar sofrimento intenso.

Grada Kilomba (2019) aponta que o racismo se manifesta como trauma cotidiano, marcado pelo silenciamento e pela desautorização da experiência negra. Esse silenciamento impede a elaboração simbólica da dor, fragmentando a subjetividade.

Ferenczi (2011), ao discutir o conceito de desmentido, contribui para compreender como a negação ou invalidação da experiência traumática pelo outro e pela sociedade intensifica o sofrimento psíquico. Para o autor, o trauma não se produz apenas pela violência vivida, mas também pelo apagamento e/ou descrédito daquilo que o sujeito experienciou. Quando a experiência de racismo é negada ou minimizada, produz-se uma ruptura na confiança do sujeito em sua própria percepção, agravando o trauma.

Em diálogo com Achille Mbembe (2018), pode-se compreender esse processo como parte de uma lógica necropolítica, que regula quem pode viver plenamente e quem é empurrado para zonas de morte social e subjetiva.

Entre clínica e política: por uma escuta antirracista

Diante desse cenário, torna-se urgente a construção de uma clínica antirracista, capaz de reconhecer o sofrimento psíquico em sua dimensão histórica e social. Como destaca Isildinha Nogueira (2021), é fundamental considerar a marca do olhar branco na constituição do sujeito negro.

Uma escuta verdadeiramente ética exige reconhecer o sujeito em seu contexto, incluindo suas experiências de racialização, suas memórias e sua ancestralidade. Ignorar esses elementos não apenas reduz a complexidade da experiência, como também reproduz a violência social.

Bell Hooks (2021) propõe o amor como prática política, capaz de produzir transformação individual e coletiva. Nesse sentido, o cuidado em saúde mental pode ser compreendido como um ato político, que envolve reconhecimento, validação e compromisso com a dignidade do outro.

Abdias do Nascimento (2017) nomeia como “quilombagem” a capacidade histórica da população negra de transformar opressão em resistência e construção coletiva. Essa potência aponta para a necessidade de práticas clínicas que não apenas tratem o sofrimento, mas também reconheçam e fortaleçam as formas de existência que resistem à opressão.

Considerações finais

Ao discutir os chamados transtornos de humor e de personalidade na juventude negra, este artigo buscou problematizar a tendência de individualização do sofrimento psíquico, destacando seus determinantes históricos, sociais e raciais.

Argumentou-se que a patologização dessas experiências contribui para o apagamento das violências estruturais que as produzem, deslocando para o indivíduo aquilo que é socialmente construído. Nesse sentido, compreender a saúde mental da população negra exige uma abordagem que articule clínica e política, reconhecendo a historicidade do sofrimento.

Mais do que negar a existência dos transtornos, trata-se de recusar uma leitura que descontextualiza a dor e reforça desigualdades. O desafio colocado é o de construir práticas de cuidado que reconheçam a complexidade da experiência humana e contribuam para processos de reparação subjetiva e transformação social.

Referências

- Almeida, C.R. (2024) O Encarceramento e morte juvenil: em busca da (inal)cansável Elysium. In: KUNZ, Sidemar Alves da Silva et al. (org.). *Educação infantil, políticas educacionais e direitos humanos*. Culturatrix. 63-72. <https://doi.org/10.4322/978-65-86889-40-6>
- Almeida, C. R.; Sá, R. L. (2023). Panorama socioeducativo brasileiro das Medidas de privação e restrição de liberdade. *Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia*, v. 9, n.1, 08-35. <https://dx.doi.org/10.59068/24476137panoramasocioeducativobrasileiro>
- Brasil. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. (2025). *Levantamento nacional do SINASE 2024*. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. (2018). *Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros: 2012 a 2016*. Ministério da Saúde.
- Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras.
- Carneiro, S. (2023). O dispositivo de racialidade. Companhia das Letras.
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. EDUFBA.
- Fanon, F. (2022). *Os condenados da terra*. Zahar.
- Ferenczi, S. (2011). Confusão de língua entre os adultos e a criança. In *Psicanálise IV* (2. ed., Obras completas de Sándor Ferenczi, v. 4). São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2025). *19º Anuário brasileiro de segurança pública*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- Hooks, b. (2021). *Tudo sobre o amor: Novas perspectivas*. Elefante.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação*. Cobogó.
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica*. n-1 edições.
- Nascimento, A. (2017). *O genocídio do negro brasileiro*. Perspectiva.
- Nogueira, I. B. (2021). *A cor do inconsciente*. Perspectiva.
- Schucman, L. V. (2020). *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo*. Veneta.
- Souza, N. S. (2021). *Tornar-se negro*. Zahar.
- Smolen, J. R., Araújo, E. M., Oliveira, N. F., & Santana, P. (2017). Raça/cor da pele e transtornos mentais no Brasil: uma revisão da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*. <https://doi.org/10.1590/1413-812320172212.19782016>

COMO CITAR ESSE TEXTO

Teixeira, A. A. (2026). Transtornados da Terra: saúde mental, racismo e subjetividade na juventude negra. *Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia*, v. 12, n.2, 62-73. <https://dx.doi.org/10.59068/24476137transtornadosdaterra>

RECEBIDO EM:30/04/2026
APROVADO EM: 10/05/2026

ENTRE O IDEAL E O SI MESMO: Reflexões a partir de um caso clínico

<https://dx.doi.org/10.59068/24476137idealeosi>

Mariana Santos

marianasantos.psico@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/8334686709128605>

Psicóloga clínica, pós-graduada em psicologia clínica - abordagem winnicottiana - pela Universidade Cruzeiro do Sul (Unicsul).

**Entre o ideal e o si mesmo:
Reflexões a partir de um caso clínico**

**Between the ideal and the self:
Reflections based on a clinical case**

**Entre el ideal y el sí mismo:
Reflexiones a partir de un caso clínico**

A paciente segurava o celular, de modo que eu pouco conseguia vê-la. Rosto vermelho, voz trêmula, certa gagueira ao falar timidamente o que a levava a sessão. Beliscava os braços e o rosto, não conseguia sustentar o olhar, nem mesmo através da tela. Muitas vezes, eu ficava tonta ao tentar acompanhar a imagem que aparecia na tela do meu computador.

Já em nossos primeiros atendimentos, Cintia (nome fictício), contou as violências que lhe atravessaram desde muito nova e outras que ainda a atravessam, relatara essas experiências da mesma forma que me contara sobre sua formação em Psicologia.

Cintia vem de família bastante religiosa e muito conservadora, também frequenta ativamente a igreja. Apresenta diversos questionamentos sobre a postura conservadora da igreja que frequenta atualmente, embora guarde para si mesma estes questionamentos e discordâncias. Podendo apenas agora no processo terapêutico falar e elaborar.

Descreve seu pai como sendo um homem bastante controlador, rígido e violento, não aceitando que pense ou aja de forma diferente do que ele considera correto. Sua mãe, em contraponto é descrita como uma mulher gentil, cuidadosa e submissa.

Cintia apresenta em seus relatos, uma preocupação constante com o que as pessoas, principalmente os pais, esperam dela. Demonstrando dificuldade em Ser e vivenciar seus desejos. Havia aprendido em casa e na igreja, que existe um jeito certo de ser uma mulher – submissa, comportada, dócil, cuidadosa e gentil – ou seja, como sua mãe.

Em nossas sessões, apresenta-se confusa quanto a querer ou não se relacionar afetivamente, assim como com relação a sua sexualidade. A paciente apresenta fantasias e o desejo de experimentar um relacionamento homoafetivo, sente medo e paralisa ao pensar sobre as possíveis violências que poderá sofrer, inclusive por parte da sua família, diante dessa face de si mesma.

Em alguns momentos Cintia tenta se afirmar, parecendo buscar uma autorização para Ser, se impondo diante de algumas mulheres de sua família (como uma tentativa de se afirmar ao seu pai), no entanto sente medo da retaliação que pode ocorrer como consequência de expor partes do seu eu.

Ao olhar para sua sexualidade, Cintia parece buscar espaço para que seu verdadeiro self possa emergir. Ao tentar expor essas partes, Cintia busca brechas que possibilitem ser ela mesma. Porém, em seu ambiente familiar não encontra espaço para que possa emergir genuinamente, não apenas com relação a sua sexualidade, mas a tudo que não corresponde ao lugar da idealização de como uma mulher deve ser.

Cintia sente-se submissa na relação com o pai e se percebe no lugar de alguém que realiza a posição de cuidado com os outros (também em um lugar de submissão), assim como sua mãe. Em uma sessão, ao se irritar com a falta de posicionamento desta diante de situações que a violentam, Cintia percebe-se identificada com ela.

Elevar o tom de voz, demonstrar descontentamento com algo ou ter algum outro comportamento que expresse sua agressividade, a faz entrar em contato com um sentimento de culpa e se questionar sobre o excesso de sua agressividade.

Em seus relatos, traz outras situações em que se sentia identificada com pessoas que também estavam em um lugar de vulnerabilidade. Ao notar a fragilidade do outro, Cintia entende que este precisa ser protegido (como ela não foi). Nestas relações nota-se que a paciente busca ofertar o cuidado que lhe faltou e que ainda deseja receber. Ao sair em defesa do outro, principalmente quando sai em defesa da mãe (ou de si mesma, num processo de identificação com esta), Cintia consegue expressar seus impulsos agressivos, mas encontra obstáculo ao se deparar com a agressividade da figura paterna e o que possa representá-la.

Cintia demonstra maior disponibilidade interna para defender sua mãe da agressividade do pai, do que a si mesma, que parece ver apenas a não existência genuína de si mesma como a forma de não vivenciar tais violências. No entanto, compreendo que ao defender a mãe com quem a paciente está identificada há uma tentativa em também se defender deste pai, mesmo que indiretamente, e assim poder existir.

Em uma sessão, a paciente fala sobre o ciclo de violência que sua mãe vivência na relação com seu pai e se percebe neste mesmo ciclo. Se descreve em um cativeiro, um lugar fechado, bagunçado, que lhe dá medo, ao se perceber neste lugar, sente o impulso de quebrar algo, no entanto por se encontrar no escuro, não consegue encontrar nenhum objeto e conseqüentemente, torna-se impossível se proteger.

Em suas relações familiares e religiosas, a paciente ocupa um lugar de submissão, demonstrando dificuldade em se desvencilhar deste lugar. Estar submetida a estas relações, faz com que a paciente não entre em contato com esse Eu verdadeiro. Dias aponta que:

A capacidade para a experiência está relacionada, portanto, a espontaneidade, à criatividade originária, à raiz do si-mesmo verdadeiro, em suma, ao ser (2023, p. 124).

Em sua história a paciente pouco pôde viver de forma espontânea e no seu contexto familiar a espontaneidade é vista de forma negativa. Cintia cresceu tendo que seguir um jeito certo e único de viver, sendo sempre lembrada de como uma mulher deve ser, pensar e se comportar, negando-se a ela o direito à espontaneidade.

Cintia não tem em suas relações esse espaço protegido para que possa sentir-se segura para tamanha exposição, para se expor como de fato é. Assim, em nossas sessões procurei ofertar à paciente um ambiente facilitador para que pudesse afirmar-se enquanto Eu, apresentando suas fantasias, desejos e medos. Por meio de um “brincar de faz de conta”, de como gostaria de vivenciar sua sexualidade, a forma de se vestir, usar o cabelo, se maquiar e se apresentar para o mundo, Cintia trazia uma mulher muito diferente daquela que aprendeu que deveria ser.

Para Winnicott (2019), mesmo quando o indivíduo está bastante submetido ao ambiente e vive no falso self, existe uma parte, a vivência em segredo de um lugar satisfatório em si mesmo, que compõe sua vida criativa, do seu eu verdadeiro. Cintia tem tomado consciência de como está em um papel de submissão em muitas das suas relações, procurando romper com esta submissão e emergir seu eu verdadeiro, em busca da sua satisfação individual e de uma vida “digna de ser vivida”.

Durante os atendimentos observei que a transferência que a paciente realizava comigo estava no fato de eu ser uma psicóloga diferente do padrão que ela compreendia como a “forma certa de ser psicóloga”. Eu, uma mulher negra, com cabelo crespo e volumoso, sustentando vários elementos desta ancestralidade, que compõe como me apresento e me posiciono no mundo.

Após algumas sessões com a paciente, ao entrar ao atendimento de turbante (um destes elementos da minha ancestralidade), percebi que Cintia olhou para a tela com uma expressão que me pareceu espanto e admiração, me elogiando logo em seguida. Para a paciente, ter uma psicóloga saindo do script de como uma psicóloga deve ser ou se parecer, foi muito importante para que pudesse não apenas perceber outras possibilidades de existir, mas também se sentir autorizada a vivenciar sua espontaneidade no processo terapêutico, ampliando aos poucos para outras experiências em sua vida.

Em meio a tantas adversidades Cintia tem conseguido a partir deste “brincar de faz de conta” experienciar outras formas de ser, podendo explorar outros modos de existir. Por exemplo, por meio da fotografia a paciente tem encontrado formas de brincar, explorar sua criatividade e se apresentar ao mundo, relatando que neste processo criativo se sente mais completa, podendo ser ela mesma e apresentar através do olhar, o seu ponto de vista. Para Winnicott:

E no brincar, e somente no brincar, que o indivíduo, criança ou adulto, pode ser criativo e utilizar sua personalidade integral: e é somente sendo criativo que o indivíduo descobre o eu (self). (1975, p.80)

Referências

Dias, E. O. (2003). *A teoria do amadurecimento de D. W. Winnicott*. Imago.

Winnicott, D. W. (1975) *O brincar & a realidade*. Tradução de José Octavio de Aguiar Abreu e Vanede Nobre. Imago.

COMO CITAR ESSE TEXTO

Santos, M. (2026). Entre o ideal e o si mesmo: reflexões a partir de um caso clínico *Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia*, v. 12, n.2, 74-81. <https://dx.doi.org/10.59068/24476137idealeosi>

RECEBIDO EM: 19/04/2026
APROVADO EM: 20/05/2026

RELATO DA PRÁTICA

LIMITES DA ESCUTA DO ANALISTA NA ESCUTA DE MULHERES IMIGRANTES EM SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE

<https://dx.doi.org/10.59068/24476137limitesdaescuta>

Imagem: Bianca Van Dijk, 2026



Júlia Maria Suleiman do Nascimento

psijulia.suleiman@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/1220689957828173>

Formada em Psicologia pela Universidade Positivo, Mestre em Psicanálise pela Universidade Paul Valéry III, formação em atendimento a Migrantes pela Universidade Paris 7, pesquisadora na área de migrações atuando na área clínica com brasileiros vivendo fora do país desde 2017.

Limites da escuta do analista na escuta de mulheres imigrantes em situações de vulnerabilidade

The limits of listening to the analyst in listening to immigrant women in situations of vulnerability

Los límites de la escucha del analista en la escucha de mujeres inmigrantes en situaciones de vulnerabilidad

“Eu sou uma pobre exilada. Você não imagina como longe do Brasil se tem saudade dele.”

Clarice Lispector (Ferreira & Montero, 2021)

Desde o início dos tempos o ser humano migra: em busca de sonhos, de melhores condições de vida, de novas perspectivas e possibilidades. Há aqueles que partem por necessidade, outros por desejo, outros ainda por amor, por trabalho ou estudo. Mas, independentemente da razão, migrar implica atravessar transformações subjetivas profundas.

Em 2011, mudei-me temporariamente para a Suécia para realizar um intercâmbio. Naquele momento, eu havia recém iniciado o curso de Psicologia e dava também meus primeiros passos em análise. Pela primeira vez experimentei de forma intensa o estranhamento: uma nova língua, novos hábitos, o clima gélido, a distância da família, dos amigos e das referências cotidianas. Foi então que comecei a me perguntar como faziam aqueles que decidiam — ou precisavam — viver longe de seu país de origem.

Naquele período, a possibilidade de realizar análise online ainda era distante. Eu sequer cogitava buscar um analista em inglês e tampouco encontrava alguém que falasse português. A partir dessa experiência, passei a refletir sobre como homens e mulheres em processos migratórios lidavam com seus impasses, medos, angústias e desafios relacionados ao ser estrangeiro.

Anos depois, já formada e atuando clinicamente, fui estudar na França. Embora a internet já estivesse mais presente, pouco se falava sobre atendimento online. Lembro-me de uma supervisora — que mais tarde se tornaria minha analista — afirmar: “Se Freud e tantos outros analistas importantes da história estivessem vivos, provavelmente fariam sessões pela internet”.

Segui então minha trajetória clínica no exterior, ainda antes da pandemia da Covid-19, e desde então minha escuta passou a ser majoritariamente voltada a estrangeiros, migrantes e brasileiros vivendo fora do país. É através dessa escuta — frequentemente mediada pela tela de um celular ou computador — que venho acompanhando os efeitos subjetivos da experiência migratória.

Quando falamos de migração, muitas narrativas costumam ser idealizadas. Há aqueles que sempre sonharam em morar fora; outros que recebem uma oportunidade acadêmica ou profissional inesperada; há ainda aqueles que partem acompanhando um parceiro, sustentados pelo desejo de construir uma família ou uma vida melhor. Mas, na clínica, percebo o quanto essas decisões consideradas “voluntárias” são atravessadas por conflitos inconscientes, histórias familiares, ideais e expectativas.

Ao longo dos anos fui elaborando duas metáforas para pensar a experiência migratória. A primeira remete a um véu que passa a recobrir todos os aspectos da vida do sujeito. Nada permanece exatamente igual depois de uma mudança geográfica dessa magnitude. O modo de habitar o mundo, os vínculos, o corpo, a língua e até mesmo a percepção de si passam a ser atravessados pela experiência de estrangeiridade.

A segunda metáfora aproxima a migração da experiência da gravidez. Independentemente de ter sido planejada, desejada ou inesperada, a chegada de uma criança produz transformações subjetivas intensas. Algo semelhante ocorre na experiência migratória: memórias, traumas, feridas e idealizações são mobilizados, exigindo do sujeito um trabalho interno de elaboração e reorganização.

Mas como ficam especialmente as mulheres que migram “voluntariamente” para outros países?

Muitas mulheres mudam de país ancoradas na promessa de um amor romântico, de um casamento, da construção de uma família ou da possibilidade de uma vida considerada melhor. Não são poucas aquelas que abrem mão de suas carreiras, de sua independência financeira e de suas redes de apoio para acompanhar seus companheiros.

Na escuta clínica, encontro frequentemente mulheres que se veem em situações de profunda vulnerabilidade emocional, social e financeira. Algumas deixaram profissões consolidadas; outras desejariam continuar trabalhando, mas enfrentam dificuldades relacionadas à língua, à validação profissional, à ausência de experiência internacional ou à sobrecarga da maternidade e do cuidado doméstico.

Em muitos casos, a falta de rede de apoio agrava significativamente o sofrimento psíquico. Cuidar dos filhos, administrar a casa, enfrentar burocracias migratórias, adaptar-se a uma nova cultura e sustentar relações afetivas em um território desconhecido pode produzir intenso esgotamento emocional.

Existem também mulheres que migram de forma independente, movidas por seus próprios projetos acadêmicos ou profissionais. Ainda assim, muitas vivenciam sentimentos de solidão, desenraizamento e dependência emocional. O medo de estar sozinha em uma cultura desconhecida frequentemente atravessa seus relacionamentos e modos de existir.

Outro aspecto que chama atenção na clínica é o quanto essas mulheres são constantemente lembradas de sua condição de estrangeiras. A estrangeiridade parece atravessar seus corpos de maneira mais intensa do que atravessa os homens. O sotaque, a maternidade, as dificuldades linguísticas, a dependência financeira e os papéis de gênero frequentemente as colocam em posições de maior vulnerabilidade.

Nesse sentido, as contribuições de Valeska Zanello (2018) tornam-se fundamentais para pensarmos os atravessamentos entre gênero, cultura e sofrimento psíquico. Muitas questões historicamente naturalizadas nas experiências femininas começam hoje a ganhar nome, contorno e reconhecimento. Sofrimentos antes silenciados ou diluídos na rotina dessas mulheres passam a emergir na clínica de maneira mais evidente.

A própria trajetória de Clarice Lispector, acompanhando o marido diplomata em diferentes países, ilustra algumas dessas questões. Como apontam Ferreira e Montero (2021), sua vida profissional e emocional era constantemente atravessada pelos deslocamentos, pela solidão e pelas exigências da vida no exterior. Quantas mulheres não vivem experiências semelhantes ainda hoje?

A clínica com mulheres imigrantes frequentemente nos confronta com questões complexas: como sustentar uma vida em outro país sem rede de apoio? Como enfrentar uma gestação, um puerpério ou a criação dos filhos longe das referências familiares? Como lidar com relações conjugais marcadas por dependência emocional e financeira? E, em situações de separação, quais possibilidades reais essas mulheres têm diante de legislações migratórias muitas vezes rígidas e pouco acolhedoras?

Neusa Santos Souza, no capítulo “O estrangeiro nossa condição”, presente no livro *O estrangeiro* (Koltai, 1998), propõe uma reflexão potente sobre o feminino e a alteridade:

Outra figura do estranho é o feminino. O feminino pensado como diferença, alteridade — o feminino como Outro. Outro sexo, outro modo de gozo, outra raça, outro país, outra língua. O feminino é o Outro que se opõe ao mesmo, resiste ao um da norma, faz objeção ao todo, à totalização, se contrapõe à ordem dominante. Norma de um lado, feminino de outro. A norma é sempre o masculino, o fálico, o adulto, o europeu. (p.159)

Diante de políticas migratórias frequentemente hostis, da precarização da vida do imigrante e das desigualdades de gênero ainda presentes nas relações sociais, muitas mulheres acabam vivendo em um não lugar: entre a idealização da vida no exterior e a experiência concreta do desamparo.

Édouard Louis (2024), em *Monique se liberta*, também nos convida a pensar sobre os atravessamentos sociais e econômicos envolvidos na possibilidade de transformação da própria vida:

Será possível estabelecer alguma coisa como o preço da liberdade, um preço quantificável racionalmente, matematicamente? (...) Quantas pessoas, quantas mulheres mudariam de vida se tivessem um cheque na mão?” (p. 47)

Essa pergunta atravessa constantemente minha escuta clínica.

Venho me perguntando sobre as possibilidades e os limites da análise diante de mulheres que se encontram em situações tão profundas de desamparo. O que pode a escuta quando o ideal da família feliz, do casamento ideal ou da vida perfeita no exterior começa a se desfazer diante da realidade?

Muitas dessas mulheres chegam ao consultório exaustas, isoladas, sobrecarregadas pelo trabalho do cuidado, frequentemente sustentando sozinhas a criação dos filhos e a organização da vida familiar. Algumas vivem relações marcadas pela omissão dos companheiros, pela dependência financeira e pela dificuldade de reconhecer o próprio sofrimento.

Recebo mulheres que temem questionar suas próprias vidas, pois isso implica confrontar ideais profundamente enraizados. O que fazer quando se reconhece infeliz em um país estrangeiro? Como romper relações adoecidas estando distante de suas redes afetivas? Como retornar ao país de origem sem vivenciar isso como fracasso?

Muitas desconhecem seus direitos, encontram dificuldades com a língua, enfrentam burocracias complexas e sentem-se aprisionadas em relações e contextos dos quais não conseguem sair. Em outros casos, mesmo diante da possibilidade concreta de separação, surgem medos relacionados à guarda dos filhos, à permanência no país ou à própria sobrevivência financeira.

Não tenho respostas definitivas para essas perguntas. Sigo, porém, na escuta dessas mulheres que, a partir de um sofrimento ou incômodo, encontram um espaço possível para falar.

A experiência clínica tem me levado a questionar constantemente os limites e as possibilidades da escuta analítica diante de sofrimentos atravessados por questões sociais, econômicas, culturais e políticas tão concretas. Sabemos da potência da palavra e da escuta, mas até onde essa potência alcança quando o mundo insiste em produzir desamparo?

Compartilho estas reflexões com colegas analistas na tentativa de pensar, coletivamente, qual o lugar possível da clínica diante das novas formas de sofrimento que emergem nas experiências migratórias contemporâneas.

Referências

- Ferreira, T. C. M., & Montero, T. (2021). *À procura da própria coisa: uma biografia de Clarice Lispector*. Rocco.
- Koltai, C. (Org.). (1998). *O estrangeiro*. Escuta.
- Louis, É. (2024). *Monique se liberta* (M. Scalzo, Trad.). Todavia.
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Appris Editora.

COMO CITAR ESTE TEXTO:

Nascimento, J. M. S. (2026). Limites da escuta do analista na escuta de mulheres imigrantes em situações de vulnerabilidade. *Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia*, v. 12, n.2, 82-89.
<https://dx.doi.org/10.59068/24476137limitesdaescuta>

RECEBIDO EM: 25/08/2025
APROVADO EM: 20/05/2026

Sobre Nós

A Revista Pathos é uma iniciativa independente de seus editores, com publicações semestrais e que recebe textos em português de temáticas ligadas a saúde mental numa perspectiva ampliada, ou seja, não apenas dos tradicionais espaços de atenção em saúde mental, mas também de lugares, práticas e pesquisas decorrentes de áreas ligadas à educação, assistência social e jurídica, a partir de diferentes enfoques teóricos e categorias profissionais. A Pathos surgiu do desejo de um grupo de profissionais que atuam nessas redes, tendo como objetivo oferecer espaços dedicados à publicação de práticas oriundas desses campos de atuação de modo a construir “pontes” de saberes entre profissionais. Trata-se, portanto, de um espaço que foi pensado para compartilhar a voz dos trabalhadores e permitir a circulação de suas reflexões acerca das experiências de seu dia a dia de trabalho. O escopo desta revista é a produção de saberes da práxis e, desse modo, "práticas públicas" e "psicopatologia" implicam o tensionamento em seu dinamismo ético, clínico e político.



REVISTA PATHOS

www.revistapathos.com.br